

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano II n. 18 nov/dez 2003



Juizes Federais discutem
crime organizado

Mensagem de fim de ano do Presidente

No ano que se encerra, tivemos várias oportunidades de presentear as pessoas que amamos. Oportunidade igual tivemos em relação ao próximo que nem conhecemos, mas amamos, também, e respeitamos porque se esforçou, dignamente, não só para conquistar o que almejou mas para alcançar tudo aquilo de que, honestamente, necessita.

Muitas vezes nos faltou o empenho; em outras, a coragem ou, ainda, a simples lembrança.

Em alguns momentos, fomos obrigados a parar e a pensar sobre isso, mediante ações de solidariedade realizadas em nosso Tribunal. Contudo, nesta época, nosso espírito de solidariedade não precisa ser estimulado. Ele surge sozinho, em razão do amor neste momento.

O Natal torna-nos mais gente; faz-nos enxergar o que durante o ano inteiro não percebemos. É nesse período que renovamos nossos votos de felicidade e nos sentimos missionários da PAZ tão sonhada e da igualdade entre todos os homens.

Façamos desta época um reencontro e deixemos o amor manifestar-se em nossos corações, despindo-nos de sentimentos como a vergonha e o receio. Isso nos fará entrar no ano de 2004 com esperança renovada.

Boas festas!

São os meus votos aos magistrados, aos servidores e à família judiciária da Primeira Região.

Catão Alves

Presidente do TRF-1ª Região

Um ano de muitas inovações

O Tribunal encerra o ano judiciário com um balanço de muitas inovações implantadas e muito trabalho desenvolvido. Iniciou-se com a inauguração da execução fiscal virtual, proporcionando celeridade e simplificação no tráfego de documentos entre este TRF, a Procuradoria da Fazenda Nacional e o INSS. O Sistema de Processo eletrônico rendeu ao Tribunal o Prêmio “Iniciativa do Ano”, na Infoimagem, evento internacional ocorrido no mês de outubro, em São Paulo.

Outros meios para modernizar o Judiciário e agilizar a prestação jurisdicional foram consolidados na Primeira Região. As Turmas suplementares julgaram mais de 20 mil processos em dois anos de funcionamento. Os Juizados Especiais Federais, com as suas versões itinerantes – justiça sobre as águas, sobre rodas e os demais realizados no interior – levaram cidadania às mais distantes regiões. Pessoas que desconhecem o Judiciário e que moram em locais de difícil acesso tiveram resgatados seus direitos a cada presença dos Juizados em sua cidade, projeto que se perpetuará nos anos vindouros.

Em 2003, tiveram início as obras do Centro de Treinamento da Justiça Federal, com as quais se pretende promover a consolidação da Escola da Magistratura Federal da Primeira Região. Também nesse ano, foi instalado no Tribunal o estúdio de rádio e TV e implantado o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, que possibilita a magistrados e servidores o acesso a transmissões de rádio e TV internas e das sessões de julgamento do Plenário, Seções e Turmas pelo microcomputador. Esse sistema e o projeto Viva Melhor, Coordenado pelo PGQVT, foram selecionados para apresentação na V Mostra de Trabalhos da Qualidade no Poder Judiciário.

As ações desenvolvidas pelo PGQVT e a versão da Feira de Saúde deram ao Tribunal o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida; primeira vez que um órgão público ganha um prêmio dessa natureza. A reestruturação organizacional dos órgãos julgadores do Tribunal, com a criação de mais uma Seção e duas Turmas, vieram somar-se às buscas constantes do Tribunal em agilizar e otimizar procedimentos.

E para que 2004 seja também um ano marcado por esse espírito de progresso, a Ascom deseja a todos muita saúde, sucesso e determinação no ano que se inicia.

Sumário

Presidente recebe título de cidadão amapaense e inaugura salão nobre em Macapá p. 5



Vice-Presidente lança livro sobre direitos autorais p. 8



Secretaria Administrativa do Tribunal tem novo Diretor p. 9

Juizados itinerantes continuam aproximando a Justiça do cidadão p.10

PCTT e Dia D reduzem volume de documentos arquivados p. 13

PRESIDENTE

Catão Alves

VICE-PRESIDENTE

Carlos Fernando Mathias

CORREGEDOR-GERAL

Aloísio Palmeira Lima

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Plauto Ribeiro

Tourinho Neto

Eustáquio Silveira

Assusete Magalhães

Jirair Aram Meguerian

Olindo Menezes

Mário César Ribeiro

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

P'talo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

DIRETOR-GERAL

Alcides Diniz da Silva

SECRETÁRIO-GERAL

Mário José de Santana Filho

ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA (PARLAMENTAR)

Helga Ferraz Jucá

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Moraes, Lucimar de

Melo, Marcela Correia, Márcia Murça

Barroso, Marília Maciel Costa, Rafael

Braga, Samantha Salomão

ESTAGIÁRIOS

Bárbara Nogueira, José Alexandre de

Souza, Juliana Corrêa e Raquel Meleiro

DIAGRAMAÇÃO e PROJETO

GRÁFICO

Jordânia J. Alves

FOTOS

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues,

Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals,

Lucimar de Melo, Silvanildo Faria,

Vandney Machado e Bruno Almeida

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social-

Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

Color Press Bureau

IMPRESSÃO

Gráfica TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores - SAS

- Quadra 02 - Bloco A - Edifício-Sede

- sala 03. CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br/

destaque@trf1.gov.br/ radio@trf1.gov.br/

tv@trf1.gov.br



CJF aprova regras para acúmulo da magistratura com magistério

Em sessão ordinária do dia 9 de outubro, o Conselho da Justiça Federal aprovou a proposta de resolução que estabelece limites para o acúmulo do exercício da magistratura com o do magistério em toda a Justiça Federal de 1º e 2º graus. Pela proposta aprovada, fica proibido o exercício de outro cargo ou função pelo magistrado federal, salvo um único de professor, público ou particular. O documento dispõe, ainda, que só será permitido ao juiz o exercício da docência se houver compatibilidade de horário com o do trabalho judicante.

Essas proibições não se aplicarão, contudo, às funções exercidas em curso ou escola de aperfeiçoamento da própria magistratura, mantidos pelo Poder Judiciário ou reconhecidos pelo Conselho da Justiça Federal.

Prorrogação de mandato

Em sessão realizada no dia 04 de dezembro, o Conselho de Administração decidiu alterar a resolução nº13, de 14/09/1998, prorrogando o mandato dos atuais Diretores do Foro e Coordenadores das Subseções Judiciárias até a posse dos eleitos, que serão escolhidos na última sessão do mês de abril e tomarão posse na primeira quinzena do mês de maio.

Tribunal recebe prêmio nacional de qualidade de vida

No dia 08 de dezembro, segunda-feira, o Presidente do Tribunal e membros do PGQVT estiveram em São Paulo, para receber o VIII Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, promovido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV), no segmento Órgão Público.

Pela primeira vez, um órgão do Judiciário ganha o prêmio na categoria global.

Cobertura completa na próxima edição.

Eleições da Assejufe

Aconteceram no dia 28 de novembro, as eleições para composição da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Assejufe para o biênio 2003/2005.

A chapa “Competência e Trabalho”, única inscrita, venceu, com 118 votos a favor de um total de 124 votantes, e somente 6 pessoas votaram nulo.

A posse da nova diretoria foi realizada no dia 09 de dezembro.

Cobertura completa na próxima edição.



Presidente recebe título de cidadão amapaense e inaugura salão nobre em Macapá

O Presidente Catão Alves esteve na Sessão Judiciária do Amapá, em Macapá, no dia 24 de novembro, para inaugurar o salão nobre da seccional. A sala destina-se ao recebimento de autoridades, a comemorações de servidores e magistrados, a campanhas do PGQVT e a outros eventos.

A Seção Judiciária possui duas varas e 80 funcionários atualmente. Há perspectiva de ampliação desse número para cem, após a instalação da vara dos Juizados Federais.

O salão foi projetado pelo engenheiro do Tribunal, Luiz Montezuma, e foi feito com o mínimo de recursos possível, no entanto o espaço ficou bem funcional e harmônico.

O Diretor do Foro, Juiz Federal, José Magno de Linhares Moraes, recebeu o Presidente e demais convidados. Para ele, o salão será um “espaço lúdico destinado a diversos eventos, e não somente a guardar fotografias”.

Também estiveram presentes o Juiz Federal da 1ª Vara, Anselmo Gonçalves, o Procurador da Fazenda Nacional, Francisco Ximenes, o Assessor do Presidente Catão Alves, Alcino Barreto, e as esposas dos juízes. Muitos servidores também compareceram.

Em seu discurso, o Presidente elogiou os trabalhos desenvolvidos pelos servidores e juízes da Seção Judiciária, principalmente os realizados pelo Diretor do Foro: “Pequena no tamanho, mas grande na união e na prestação de serviços”, declarou.

Homenagem - Em seguida, os presentes foram ao Ple-

nário da Assembléia Legislativa do Estado, onde o Presidente Catão Alves recebeu emocionado o título de cidadão amapaense. A outorga é concedida aos cidadãos que tenham pres-

tado relevante serviços ao Estado do Amapá.

O Presidente da Casa Legislativa, Deputado Lucas Barreto, abriu a solenidade referindo-se ao Decreto 0139, de 13 de agosto, que oficializou o título. Em seguida, falou o Deputado Estadual Paulo José Ramos (PTB), autor do projeto e advogado. “O Presidente Catão Alves recebeu a homenagem pela determinação que teve em implantar no Estado a Justiça Federal, propiciando, com isso, maior oportunidade de defesa de seus direitos ao cidadão do Amapá, que tinha de ir a Belém para isso”, declarou.

O homenageado falou da proximidade entre a Justiça e o cidadão, possibilitada pelo Juizado Federal Itinerante, mencionando o que acabara de se realizar no Oiapoque, nos três dias anteriores. Agradeceu aos presentes e disse: “O título é o mais importante da minha vida, coloco-me mais próximo do Amapá.

Esta placa que hoje recebo será colocada em local de Destaque”. Ao término da sessão solene, o Presidente recebeu os cumprimentos dos presentes e atendeu a um pedido de autógrafa de um amapaense, servidor da Assembléia Legislativa, Billy Sarmiento.

Também estiveram presentes o Desembargador do TJAP Mário Gurtyev, o Procurador-Chefe da Procuradoria da União no Amapá, Sebastião Lima, o Comandante Aníbal Barcelos, ex-governador e ex-prefeito, O Superintendente da Polícia Federal Aldair da Rocha, e deputados estaduais.



Foto 1: Presidente Catão Alves recebe título de cidadão Amapaense

Foto2: (Da esq. para a dir.) Diretor do Foro, Magno Linhares, Presidente Catão Alves, Juiz Federal Anselmo Gonçalves, dirigentes e servidores da Seção Judiciária do Amapá na inauguração do Salão Nobre da Seccional



ENTREVISTA: DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO MENDES

Novas estratégias de ação nos JEFs

Por Marcela Correia



Empossado Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região no dia 29 de outubro de 2003, o Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes, nesta entrevista, afirma que, entre os desafios a serem superados durante a sua gestão, está a necessidade de suprir a carência de natureza material na estruturação dos Juizados e Turmas Recursais. O magistrado fala também da importância dos Juizados Itinerantes, das estratégias de ação para os próximos dois anos de gestão e enfatiza que conhecer a realidade de cada uma das seções judiciárias é uma de suas metas para desenvolver um bom trabalho na Coordenação.

É a primeira vez que o Senhor se encontra à frente de um Projeto como os Juizados?

Em relação aos Juizados é a primeira vez, embora eu não possa deixar de reconhecer que sempre me interessei muito pela matéria relativa aos Juizados Especiais, de maneira que vejo com muito entusiasmo a idéia e a própria razão de ser dos Juizados Especiais Federais.

O Senhor pretende dar continuidade aos trabalhos iniciados na gestão anterior?

Pretendo. A Dra. Selene Maria de Almeida desenvolveu um excelente trabalho à frente dos Juizados Especiais Federais, de sorte que vamos dar continuidade ao seu trabalho, buscando sempre alcançar o ideal de consolidar e aperfeiçoar os Juizados Especiais Federais, e, com isso, certamente, aproximar a sociedade do Poder Judiciário.

Quais os principais desafios que o Senhor acredita encontrar pela frente?

Acredito encontrar muitos desafios. O principal deles é a luta contra as dificuldades de natureza material, para que os Juizados Especiais Federais possam funcionar a contento. Além disso, também, há a necessidade de se levar os Juizados para o jurisdicionado, ou seja, é necessário conscientizar o jurisdicionado da existência dos Juizados Especiais Federais como um mecanismo eficiente de resolução de suas eventuais lides com os entes públicos federais.

Que estratégias estão sendo definidas pela Coordenadoria para os próximos dois anos?

Certamente, há muitos projetos em cogitação. No momento, o principal deles é se dotar os Juizados Especiais Federais da estrutura necessária para o seu funcionamento eficaz. Hoje, tem-se a necessidade de instalação das Varas dos Juizados Especiais e, após isso, considerando o funcionamento inicial dessas Varas, há que se implementar novos projetos para os Juizados Especiais Federais. Um outro projeto que também tenho e considero de extrema urgência é a necessidade de se estruturar as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais.

Então, eu diria que, em um primeiro momento, há esse compromisso de estruturar, o quanto possível, tanto os Juizados Especiais Federais em primeiro grau, como as Turmas Recursais.

O que o Senhor pensa a respeito dos Juizados Itinerantes terrestre e fluvial?

Eu sou inteiramente favorável aos Juizados Itinerantes. Vejo nesses Juizados o início da concretização da tendência que eu diria ser irreversível de interiorização mais rápida e eficiente da Justiça Federal. Tem-se, efetivamente, nos Juizados Especiais Federais Itinerantes a oportunidade de se levar a Justiça Federal a locais onde muitas vezes praticamente nela não se fala e nem se conhece a sua atuação, daí o porquê de ser inteiramente favorável aos Juizados Itinerantes. Não fosse apenas isso, nos Juizados Itinerantes há um outro elemento que também é fundamental para os Juizados Especiais Federais: é a sua necessidade de conquistar e manter a confiança da população. Efetivamente, a população dos mais distantes rincões do território nacional deve ter ciência da existência dos Juizados Especiais Federais e que constituem eles um meio eficiente para a resolução de seus eventuais conflitos com os entes públicos federais, de modo que se tem nos Juizados Federais Itinerantes uma oportunidade, que eu diria talvez única, de se levar a Justiça Federal para o interior e de se fazer dessa oportunidade uma ponte com o cidadão, em especial, claro, com os brasileiros que moram nos locais mais distantes.

Por falar em distância... o Senhor acredita que os Juizados estão perto de alcançar o seu objetivo?

Eu creio que, no momento, não. É evidente que muito já foi feito e recentemente houve a possibilidade de se reconhecer a importância dos Juizados Especiais Federais, devendo ser ressaltado que a própria população já teve essa oportunidade de sentir a importância desses Juizados... Mas, sem dúvida alguma, ainda há muito o que se fazer para que se possa chegar a um ponto que se possa considerar plenamente eficientes os serviços prestados pelos Juizados Especiais Federais.

Em discurso de posse, o Senhor pediu apoio da Casa e do Senado, representado, na ocasião, pelo Senador Edison Lobão. De que maneira essas instituições podem colaborar com os JEFs?

Pedi e vou pedir sempre o apoio desta Corte Regional Federal, porque vejo na figura do Coordenador dos Juizados Especiais Federais, na verdade, um delegado, ou seja, um representante do Tribunal para os assuntos referentes aos Juizados Especiais Federais, de maneira que não vejo como, eventualmente, possa desenvolver o Coordenador dos Juizados Especiais qualquer trabalho, ou qualquer atividade, sem que possa contar com o apoio da Corte. No que se refere à atuação do Poder Legislativo, não há também como ignorar a sua importância. O Poder Legislativo exerce papel fundamental para a consolidação dos Juizados Especiais e, certamente, para o seu desenvolvimento, não se pode deixar de reconhecer que a própria concepção dos Juizados Especiais como uma instituição eficiente para o mecanismo de resolução das lides passa pelo Poder Legislativo e, diria eu, também pela colaboração do Poder Executivo. E nem poderia ser diferente, pois a prestação jurisdicional é uma atividade estatal e, como tal, exige, para ser eficiente, a colaboração das demais funções do Estado contemporâneo.

De que maneira a sua experiência jurídica pode otimizar as ações junto aos JEFs?

Considerando exatamente essa experiência nos vários setores que operam com o Direito, tanto na Advocacia, como no Ministério Público e, agora, na Magistratura, é possível se ter uma visão mais ampla da atuação do Poder Judiciário. E essa visão eu creio ser extremamente importante para que se possa trabalhar com as mais distintas circunstâncias fáticas na busca do aperfeiçoamento da atuação dos Juizados Especiais Federais.

A Coordenadoria pretende estender o projeto de virtualização dos Juizados, a exemplo da ação pioneira que já acontece na Seccional do DF para os demais estados que integram a Primeira Região?

Pretende sim. Dentro das possibilidades de natureza orçamentária e financeira, há o projeto de se ampliar o alcance dos chamados Juizados Especiais Federais Virtuais. Ainda se encontra na fase do projeto e de definições de quais serão

as próximas Seções Judiciárias contempladas com os Juizados virtuais, mas, sem dúvida alguma, esse projeto está em vias de concretização...

Como está a sua agenda em relação aos Juizados para este final de ano?

Está bastante apertada, porque se está em um momento de definições acerca das Seções Judiciárias onde haverá necessidade de se implantar novas Varas de Juizados Especiais. É preciso, com base nisso, que nos debruçemos em estatísticas e em dados relativos às Seções, além de se precisar também, naturalmente, conhecer as necessidades em relação a equipamentos e a pessoal de cada uma das Seções Judiciárias que integram a Primeira Região.

Conhecer a realidade de cada seccional é uma de suas metas? Seria uma primeira fase de sua atuação?

Eu creio que sim, porque, para que se possa realizar um bom trabalho de Coordenação dos Juizados Especiais Federais na Primeira Região, é necessário que se tenha uma visão bastante clara acerca da realidade de cada uma de suas Seções Judiciárias. E por que isso? Exatamente porque não se pode, evidentemente, comparar a realidade de um Estado como Minas Gerais, com perto de mil municípios, com a realidade de estados menores da Federação e que também integram a Primeira Região. Naturalmente, a realidade de Minas Gerais não será a mesma realidade do Acre, do Amapá, de Goiás, de Mato Grosso, do Distrito Federal e de outros Estados, com as suas realidades absolutamente distintas... O trabalho da Coordenadoria dos Juizados Especiais é, exatamente, observar essas diferentes realidades e, diante delas, traçar, dentro das suas reais possibilidades, uma linha de atuação que seja a mais eficiente e aquela que possa dar uma resposta mais pronta para o jurisdicionado.

O funcionamento do Juizado Federal na Universidade Católica, em Goiás, representa uma das ações pioneiras desse Projeto. O que o Senhor pensa a respeito?

O mais importante nos Juizados Especiais é, exatamente, o estabelecimento de uma ponte entre o jurisdicionado e o Poder Judiciário. Não constituem segredo para ninguém as dificuldades de natureza material por que passaram e pas-

sam os Juizados Especiais. Ora, se para que se alcance essa finalidade de aproximar o jurisdicionado do Poder Judiciário haja a necessidade de eventualmente se celebrarem convênios com instituições de ensino, eu não vejo, em princípio, nenhum obstáculo a isso, embora, naturalmente, o ideal seria que o Poder Judiciário tivesse a sua própria estrutura para alcançar essa finalidade.

E a lei que cria 183 varas federais, que foi sancionada recentemente pelo Presidente da República?

Sem dúvida alguma irá facilitar o trabalho nos Juizados Especiais Federais. É claro que não é ainda o ideal, porquanto a demanda está muito grande e há, por isso, a necessidade de haver mais varas para os Juizados Especiais Federais. Agora, não há também de se deixar de reconhecer que com essas varas ter-se-á um incremento no quadro de juízes e servidores. Por outro lado, não se pode ignorar que toda e qualquer ajuda que possa ser dada aos Juizados Especiais Federais será bem-vinda e, nesse contexto, claro, insere-se a criação dessas varas federais.

Desse total, já existe uma definição de quantas varas serão destinadas aos Juizados?

Vinte e duas serão para os Juizados.

Qual a previsão de instalação?

Isso vai depender do cronograma estabelecido na própria Lei. Tem-se prevista para este ano de 2003 a instalação de dez varas, e para o ano que vem, mais oito varas.

Como o Senhor resume a experiência de estar à frente dos JEFs?

É um desafio muito grande, pois vejo nos Juizados Especiais Federais uma oportunidade única que o Poder Judiciário tem de se aproximar da população. Efetivamente, nós nos encontramos em um contexto em que para as instituições é extremamente importante essa aproximação com a sociedade. A sociedade brasileira certamente mudou, e muito, nas últimas décadas e hoje cobra mais das instituições e, acima de tudo, exige a sua proximidade da realidade em que o País e o seu povo vivem. Por isso, tem-se, nos Juizados Especiais Federais, uma oportunidade rara de o Poder Judiciário, na condição de elemento orgânico da função jurisdicional do Estado, aproximar-se da sociedade e do povo brasileiros, correspondendo, assim, às mais elevadas expectativas e esperanças que historicamente foram depositadas na sua atuação. ■

Vice-Presidente lança livro sobre Direito Autoral

Lançamento fez parte das comemorações dos 180 anos do Senado Federal

No dia 29 de outubro o Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias lançou a 2ª edição do seu livro “Direito Autoral – Legislação Básica”, na biblioteca do Senado Federal, e foi bastante prestigiado; além do Presidente Catão Alves e do Corregedor-Geral Aloísio Palmeira, estiveram presentes ministros, magistrados, parlamentares e servidores.

Livro – O Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias procurou tratar o assunto dos Direitos Autorais de forma clara e didática. A intimidade do autor com o tema provém da época em que ele exercia a profissão de advogado, experiência que foi se aperfeiçoando, inclusive, como colaborador na elaboração da Lei Autoral de 1973. A publicação do livro esclarece pontos novos, como a questão da propriedade intelectual dos programas de computador e o direito autoral das músicas.

O livro apresenta em detalhes a legislação vigente no Brasil sobre as leis n. 9.610/98 e n. 9.609/98. Ao apresentar minuciosamente os artigos, correm, paralelamente, explicações do vocábulo utilizado e, a partir disso, é oferecida ao leitor a oportunidade de compreender a precisão dos termos utilizados pela legislação, sem falar numa lista de vocábulos em forma de dicionário especializado que se exhibe no final da obra. São apresentadas as limitações do Direito Autoral, as sanções e licenças de que trata a legislação. Com especial atenção, são abordados os Direitos Morais, Patrimoniais, de Seqüência e a

questão do domínio público.

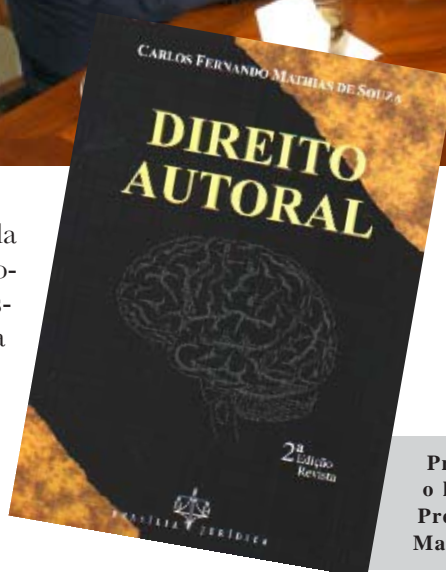
Além de um breve histórico da legislação no País apresentado na introdução, o autor recorre inúmeras vezes ao Direito Comparado. Mostra igualmente a importância de conhecerem-se as origens em que se baseia o direito dos autores, subsídio valioso

para o entendimento mais amplo do tema; para isso, na obra encontram-se os artigos dos decretos legislativos que aprovaram a Convenção de Berna, Convenção Universal sobre o Direito de Autor, Convenção de Roma e Convenção de Genebra para a proteção dos Produtores de Fonogramas contra a reprodução não autorizada de seus fonogramas.

Carlos Fernando Mathias teve participação na implantação da Lei Autoral de 1973 (lei n. 5.988/73); em 1983, seu parecer serviu de base para a nova legislação que revogou o chamado domínio público remunerado previsto na anterior (a de 1973). Autor de “A Nova Lei Brasileira de Direitos Autorais”, de 1978, foi presidente do Conselho Nacional de Direito Autoral e representou inúmeras vezes o Brasil em reuniões da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Sua atuação extrapola contribuições no âmbito intelectual, tendo sido o primeiro Diretor da Faculdade de Artes da Fundação Brasileira de Teatro e presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Como professor da Universidade de Brasília, foi o mentor da disciplina “Direito de Autor”, ministrada na graduação em Direito, no mestrado e doutorado em Ciências da Informação.

O livro pode ser adquirido nas livrarias jurídicas.



Presidente Catão Alves prestigia o lançamento do livro do Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias

Aniversário do Presidente é comemorado no Tribunal

No dia 03 de dezembro, Magistrados e servidores do TRF-1ª Região estiveram reunidos no *hall* do Plenário para comemorarem o aniversário do Presidente Catão Alves.

Emoção e alegria marcaram o início da comemoração, com discurso de homenagem do Vice-Presidente, Carlos Fernando Mathias, que falou em nome de todos: “Estamos aqui, tantos corações reunidos, para dizer-lhe que Deus o cubra de bênçãos e que o faça feliz”.

A servidora que trabalha há mais tempo com o Presidente, Carmen Lúcia Prata, entregou os presentes em nome de todos: um aparelho de DVD e um terno.

O Presidente agradeceu a presença de todos e o apoio constante e disse considerar a data de aniversário uma das mais importantes. Em seguida, lembrou que no dia anterior (02 de dezembro), data real de seu aniversário, estava em Mato Grosso cumprindo uma missão importante: a abertura de mais um Juizado Federal Itinerante em Rondonópolis.

A esposa do Presidente, Rosamaria Catão, e a filha, Carolina Catão, compareceram ao evento. Houve presença maciça de desembargadores federais e de muitos juízes federais, além de dirigentes e servidores.



Foto1: Presidente Catão Alves com esposa e filha
Foto2: Convidadas escutam atentos discurso do aniversariante
Foto 3: Presidente é presenteado com cartão gigante



Empossado novo diretor da Secad

No dia 04 de dezembro, tomou posse o novo Diretor da Secretaria Administrativa do Tribunal (Secad) – o servidor Washington Luiz Ribeiro, que é Analista Judiciário (Área Meio) do quadro de pessoal da Seção Judiciária do DF.

Ele tomou posse na Seção Judiciária do Amazonas em janeiro de 1991, veio para a SJDF em maio de 1991, onde exerceu a função de Diretor da Secretaria Administrativa do DF por 06 anos.

À solenidade de posse, presidida pelo Presidente do Tribunal, Catão Alves, compareceram o Desembargador Federal Antônio Souza Prudente, os Juízes Federais Antônio Corrêa, Marcos Augusto, Bruno Oliveira, o Assessor da Presidência, o Diretor-Geral, o Secretário-Geral, o Diretor do CJF Rubens Murga, a esposa do empossado, Sônia Maria, e as filhas, Natália Nascimento e Marise de Faria, além de dirigentes e servidores.

Muito prestigiado, o novo diretor disse que espera corresponder a todas as expectativas e à confiança depositada em seu trabalho pelo Presidente e pelo Diretor-Geral.



Autoridades estiveram presentes à solenidade de posse



Juizados Especiais Federais

Juizados Itinerantes aproximam a Justiça do cidadão

Os Juizados Federais Itinerantes realizados na Primeira Região continuam levando a Justiça àqueles que têm dificuldade de acesso a ela, seja por carência de recursos materiais, seja por desconhecimento da existência do Judiciário. Os JEFs itinerantes são, em geral, divulgados por rádios comunitárias, estações locais ou cartazes e atendem questões como fundo de garantia por tempo de serviço e benefício previdenciário.

Os JEFs contam com o apoio do INSS, da Caixa Econômica, da Defensoria Pública, da Procuradoria da República e, por vezes, da Prefeitura e do Poder Judiciário e Legislativo local, além de serventuários da Justiça Federal.

Em geral, os Juizados atendem à população da cidade onde se realizam ou à de outros municípios ou povoados circunvizinhos e trazem às pessoas contentamento e satisfação por receberem aquilo a que têm direito e que, muitas vezes, há bastante tempo é esperado.

Roraima

Sob a Coordenação do Juiz Federal Giovanni Morgan, as comunidades do município de Normandia, situado a 190km de Boa Vista, na fronteira com a República Cooperativista da Guiana, receberam, nos dias 24 e 25 de outubro, a equipe do Juizado Especial Itinerante. Foram feitos 150 atendimentos, a maioria a indígenas moradores nas malocas da região. Foram emitidos 46 registros de nascimento de indígenas. As audiências de conciliação, instrução e julgamento foram realizadas em dezembro, quando o JEF retornou à Normandia.



Amazonas

De 05 a 07 de novembro, o município de Silves, no Estado do Amazonas, foi atendido pelo Juizado Especial Federal Fluvial. A cidade tem cerca de 8.000 habitantes.

Um convênio firmado entre o Presidente Catão Alves e o governador do Estado, Eduardo Braga, no último dia 06 de outubro, está viabilizando o Juizado Fluvial em todo o Estado por meio da utilização do barco Pronto Atendimento Itinerante – PAI, de propriedade do governo, e que tem por objetivo levar à comunidade ribeirinha o acesso à cidadania.

O Coordenador-Geral dos Juizados Especiais, Ministro Ari Pargendler, visitou o local e afirmou que “o Juizado não é mais a Justiça do Futuro, mas a Justiça do Presente”. Acompanhou o Ministro, na visita, o Coordenador dos JEFs no Amazonas, Juiz Federal Dimis da Costa.



Maranhão

No dia 6 de outubro, o Juiz Federal José Carlos do Vale Madeira fez a abertura dos trabalhos do Juizado Itinerante na cidade de Santa Inês/MA, no auditório da Associação Comercial.

Compareceram à solenidade, além do Juiz Federal Coordenador do Juizado Especial Federal Cível, Lino Osvaldo Segundo, e do Juiz Federal

Substituto da 6ª Vara, Lucas Rosendo Máximo, o Prefeito de Santa Inês, Valdivino Cabral Filho, o Presidente da Câmara Municipal, José Ribamar Castelo Branco, entre outras autoridades locais.

O atendimento do JEF estendeu-se até o dia 10 de outubro.

Além do atendimento feito nas dependências da Associação Comercial, foi disponibilizado, também, um furgão da Polícia Rodoviária Federal adaptado para prestar os serviços oferecidos pelo Juizado em plena rua, com o objetivo de atender a pessoas em cadeira de rodas, idosos ou com dificuldade de locomoção.

Para o Presidente da Câmara Municipal de Santa Inês, José Ribamar Castelo Branco, a presença do Juizado Especial Federal Itinerante “é um dos acontecimentos mais importantes da cidade. O Legislativo sente-se muito honrado com a presença do Juizado”, conclui.



Presidente vai ao Oiapoque

No dia 21 de novembro, o Presidente Catão Alves foi pessoalmente conferir os trabalhos de mais um Juizado Federal Itinerante, dessa vez na Cidade de Oiapoque, no Amapá, onde iniciou a solenidade de abertura do JEF. Em seu discurso, fez uma retrospectiva dos Juizados fluviais e sobre rodas, dos convênios firmados e da perspectiva de instalação de varas de JEFs com a aprovação das 183 varas federais. Afirmou, ainda, que toda a Justiça tenderá para esse tipo de trabalho: informal, cêrere, e desburocratizado. “A Justiça vindo até aqueles que dela necessitam”, declarou.

Estiveram na solenidade o Diretor do Foro do Amapá, Juiz Federal Magno Linhares; o Coordenador dos JEFs no Estado, Juiz Federal André Dias Fernandes; o Juiz de Direito da comarca de Oiapoque, Luiz Grott; o Juiz Federal Anselmo Gonçalves, da 1ª Vara do Amapá; Hélia Bettero, Procuradora Re-

gional da União da 1ª Região; Sebastião Lima, Procurador-Chefe da Procuradoria da União no Amapá; José Cardoso, Procurador da República/AP; e demais autoridades.

Os trabalhos de atendimento à população foram iniciados após o encerramento da solenidade e estenderam-se até o domingo, dia 23.

Muitos saíram satisfeitos; é o caso do Senhor Raimundo Reis, que teve reconhecido o direito de receber o benefício de amparo ao idoso. Esse benefício tem o mesmo valor de uma aposentadoria, a que ele não tinha direito por nunca ter contribuído para a Previdência. Diferencia-se dela somente por não permitir-lhe receber o 13º salário. Mesmo assim, ele foi imediatamente para casa, a pé, por ser perto, para contar a novidade à sua



Juiz Federal André Dias Fernandes, coordenador do JEF em audiência no Oiapoque

companheira.

Nesse juizado foram realizadas as audiências dos pedidos atermados nos dias 06 e 07 de outubro, no mesmo local, com solenidade de abertura realizada pela Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, na ocasião, Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região. Também participaram do evento o Juiz Federal Diretor do Foro do Amapá, José Magno Linhares Moraes e o Juiz Federal Substituto Coordenador do JEF/AP, André Dias.

Guiana Francesa – Saindo do Oiapoque de barco, em apenas dez minutos, chega-se a outro país. Trata-se de *Saint Georges de L'oyapock*, uma das 19 cidades da Guiana Francesa, onde o Presidente e outras autoridades foi recebido, a convite, pelas Vereadoras, *Eloise Sylvianne (foto)* e *Noelise Roger*, na tarde do dia 21 de novembro.

Após conhecer a cidade, com suas casas em estilo francês, todos foram à Prefeitura, onde foram recebidos pelo Vice-Prefeito, *Paul Duchene*, para que ele mostrasse as instalações e falasse do trabalho desenvolvido na Casa. Também lá o Presidente concedeu entrevista à Jornalista guianense Keck Irgrid, do *Jornal France-Guyane - Le Quotidien D'Information de La Guiane*. Ele teve a oportunidade de explicar o que são os JEFs itinerantes, exemplificando com a hipótese de um magistrado deslocar-se da França e ir até a Guiana para realizar uma audiência de julgamento.



Defesa da fronteira - Também a convite, o Presidente Catão Alves esteve, no dia 22 de novembro, na 1ª Cia de Fuzileiros de Selva do Batalhão de Infantaria de Selva. Foi recebido pelo Subcomandante Anderson Parrela, que fez demonstração dos trabalhos realizados pela Companhia na defesa da fronteira do Brasil. Mostrou as instalações e acompanhou o Presidente e outras autoridades em um café-da-manhã oferecido pelo Batalhão.





Na minha opinião

Justiça em vários sentidos

Apesar de ser o Brasil um país em desenvolvimento, com uma das maiores economias do mundo, com profissionais de destaque em todas as áreas e povo tão encantador, diante do quadro em que vivemos, emoldurado pela unanimidade das estatísticas, não raro atormenta a pergunta: como reverter tamanha desigualdade e injustiça social? Questão que tanto tem me intrigado e que, como se percebe, tem sido objeto de estudo de muitos juristas justamente pela perplexidade que em si carrega é a distância gritante entre o Direito escrito e o Direito vivido, entre os discursos e teorias das ciências jurídicas e sua efetividade.

Na busca constante pela resposta, encontram-se livros, textos e doutrinas que, como se pode concluir após o encantamento do primeiro contato, não passam de poções anestésicas que só têm feito adiar e deslocar o problema. Não que sejam insignificantes as teorias, de forma alguma. O que, entretanto, vem ficando cada vez mais evidente é que nossas mazelas estruturais mais têm a ver com práticas desviadas e inadequadas do que com impropriedades teóricas.

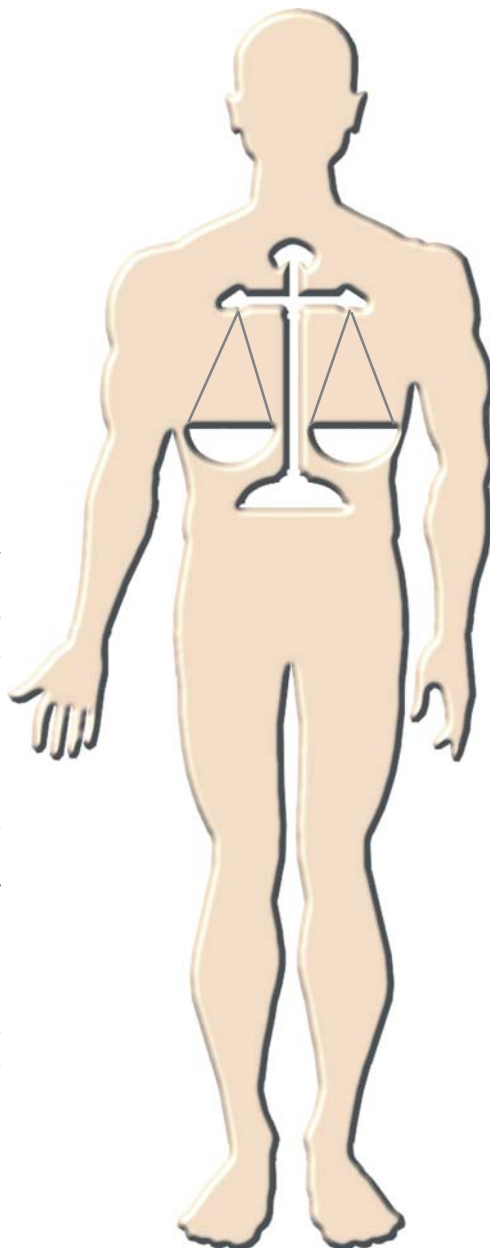
Exemplo de iniciativa, por parte do Judiciário, que vai na esteira da efetivação dos direitos fundamentais é o Juizado Especial Itinerante. Como membro da equipe que esteve em Ipatinga-MG, nessa última semana, pude aprender um Direito humano, muito diferente daquele que se ensina nas salas de aulas e nos livros. Durante o Juizado Itinerante atuei com todos os meus sentidos, diferentemente da forma como nos provocam a atuar os processos em geral.

Com a visão pude não só ver mas enxergar os brasileiros que mais precisam da Justiça Federal. As ações, em sua maioria contra o INSS, pertencem a cabelos brancos, peles enrugadas de sol, mãos calejadas pelo trabalho pesado, jovens deficientes. Coisas difi-

ceis de se ver...

Com a audição pude não só escutar mas ouvir histórias que entristecem, indignam, emocionam, quase sempre contadas por vozes que soltam um português equivocado na gramática mas que trazem em seu tom uma carga de vida que a qualquer um pode tocar.

Com as mãos pude ajudar alguns menos articulados a subirem as escadas que levavam à audiência; pude pegar em certidões de nascimento, casamento e óbito, carteiras de trabalho e outros papéis, que, dobrados,



amarelados com o tempo e guardados em sacolinhas de plástico com o devido cuidado, documentavam as vidas; pude, sobretudo, ter as mãos apertadas por aqueles que, sincera e humildemente, agradeciam a informação que esclarecia ou a tutela concedida pelo doutor juiz.

Com o olfato e o paladar, pude degustar uma justiça nova, que pela primeira vez experimentei. Uma justiça viva, que, como traduz Dra. Luciana, tem cara e tem coração. Uma justiça ágil, eficiente, que resolve e dá respostas e que, por isso mesmo, é capaz de implementar verdadeiramente o tão perseguido princípio da dignidade humana. Uma justiça que promove o exercício da cidadania e que abre suas portas àquela grande massa que dela precisa, tornando realidade o princípio constitucional do “acesso à justiça”.

Os sentidos, juntos, puderam levar à consciência duas verdades que podem ajudar a compor a resposta que se busca para o combate à desigualdade e injustiça social. A primeira delas é que, no âmbito do Poder Judiciário, o Juizado Especial Federal trata com causas de elevado “valor” se considerada a situação sócio-econômica da grande parte de seus destinatários. Para aqueles que muito pouco têm, o pouco é muito. A segunda delas é que o produto social do Estado Democrático de Direito Brasileiro anda carecendo principalmente de multiplicadores de prosperidade. Vejo esses multiplicadores como sendo aquelas “boas idéias” levadas adiante por profissionais de “boa vontade”, a exemplo do que pude ver no Juizado Especial Itinerante em Ipatinga-MG, nessa última semana.

Polyana Washington de Paiva
Servidora da 7ª Vara Federal
Seção Judiciária de Minas Gerais



Elieusa Guedes ensina como usar o PCTT



PCTT e Dia D reduzem volume de documentos arquivados

No dia 14 de novembro foi assinada pelo Presidente Catão Alves a portaria que institui o Dia “D” (Dia de descarte de documentos administrativos). Nesse dia, 10 de dezembro, os documentos que já podiam ser eliminados de acordo com a classificação do PCTT (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade) foram destinados por todas as unidades do Tribunal à extinção.

O PCTT tem o objetivo de identificar e de preservar os documentos, bem como de reduzir o volume daqueles arquivados ou a arquivar; visa, ainda, à economia de recursos materiais e humanos e de tempo na recuperação dos documentos. Com o descarte de registros que, com o tempo, transformaram-se em supérfluos, será possível informar com exatidão todo o trâmite e conteúdo da documentação produzida e recebida pelo Tribunal.

Objetivando orientar os usuários sobre o PCTT, a Didor e a Dicap promoveram nos dias 26 e 27 de novembro, no auditório do Edifício Anexo I, palestra esclarecedora sobre a participação das unidades no Dia “D”.

Outra atividade que incentivou a participação no Dia “D” foi a “Gincana PCTT de descarte”. Além de ter promovido a integração dos servidores, dirigentes e unidades administrativas, a atividade desenvolveu o espírito de competição como atitude positiva e enriquecedora da formação do indivíduo.

A finalidade da gincana era que cada unidade participante encaminhasse a maior quantidade de documentos para descarte. A unidade ganhadora foi Divisão de Mate-

rial e Patrimônio, conseguindo arrecadar um total de 1949,9 quilos de documentos para serem descartados.

Confira a cobertura completa do Dia “D” na próxima edição da Revista Destaque Mensal

Remessa ou Descarte de Documentos (Periodicidade para Remessas Anuais)

	UNIDADE	MÊS
DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS	Presidência	Fevereiro
	Vice-Presidência	Março
	Corregedoria	
	Gabinetes dos Juízes	Abril
	Escola de Magistratura Federal	Maio
	Diretoria- Geral da Secretaria	
	Secretaria Judiciária	Junho
	Secretaria de Planej. e Adm. Orçamentária	Julho
	Secretaria de Recursos Humanos	Agosto
	Secretaria de Administração	Setembro
	Secretaria de Informática	Outubro
	Secretaria de Controle Interno	
Secretaria de Programas e Benef. Sociais	Novembro	



Buscando a paz no campo

Vara Agrária de Minas Gerais resolve conflitos rurais desde 1987

“Essa cova em que estás,/ com palmos medida,/ é a conta menor que tiraste em vida./ É de bom tamanho,/ nem largo nem fundo,/ é a parte que te cabe deste latifúndio./ Não é cova grande,/ é cova medida, / é a terra que querias ver dividida.”. Esses versos do poema “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto, ilustram bem a assimetria histórica na distribuição de terras no Brasil. Conseqüência disso é a constante briga entre proprietários e trabalhadores rurais que quase sempre se transforma em processos judiciais.

Mas vem de Minas Gerais o exemplo de que há saídas viáveis para esse problema. Trata-se da 12ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, que desde 1987 recebe processos relacionados a conflitos rurais no estado e está destacando-se pela agilidade e competência mostrada ao longo desses 16 anos. Os núme-

ros são reveladores. Ao todo foram 399 audiências, sendo 233 ações de desapropriação e mais de 300 acordos feitos no período entre 1994 e 2002.

O Diretor da Vara, o Juiz Federal Welinton Militão, mantém uma relação muito próxima com os processos. É especialista em questões rurais, nasceu e viveu no campo, guardando um grande conhecimento e habilidades para julgar com precisão. Quando se instaura o conflito, ele vai ao local na tentativa de apaziguar as partes. Para ele, o papel do Judiciário nas questões agrárias é importante, já que a Vara da qual é titular desapropriou milhares de hectares, gerando empregos e instalando a paz no campo.

A Vara Agrária de Minas Gerais é constituída por 17 servidores e se tornou um exemplo para o resto do País de que a justiça, no campo, não é inalcançável.



Reduzido período do Estágio Probatório

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, em sessão realizada no dia 9 de outubro, a Resolução n. 335, que reduz de três para dois anos o período de estágio probatório dos servidores no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Com a mudança, a avaliação de desempenho do servidor ao longo do estágio probatório será na segunda quinzena do terceiro, do nono e do vigésimo mês após o início do efetivo exercício no cargo.

A nova resolução prevê que os servidores já confirmados em seus cargos e que tenham cumprido os três anos necessários à aquisição da estabilidade terão sua situação funcional revista para receber as progressões a que tiveram direito em virtude da homologação do estágio probatório. As progressões serão retroativas ao período em que completaram 24 meses de trabalho.

“Viagem sem limite”



A artista plástica Carmélia Freitas, em exposição realizada no período de 03 a 14 de novembro, no Espaço Cultural do TRF-1ª Região, deixou os visitantes deslumbrados com suas obras de arte que mesclam o estilo rústico com traços práticos dos anos modernos.

O estilo tribal abstrato de suas obras despertou a curiosidade dos visitantes, que puderam assim se imaginar diante de pinturas rupestres; daí, a artista ter nomeado a exposição de “viagem sem limite”. A exposição ficou aberta à visitação do público até o dia 14 de novembro.

Implantação das 183 varas federais será gradativa

A criação das 183 varas federais promete consolidar a proposta de interiorização da Justiça Federal no Brasil. Entre os benefícios esperados com a aprovação do Projeto de Lei n. 5.756 está o aprofundamento da experiência dos Juizados Especiais Federais. O projeto permite a urgente viabilização desses juizados, que têm atualmente um volume de cerca de 600 mil processos. Mais eficiência na execução das dívidas judiciais em favor da União é outro resultado que está sendo esperado. Com a criação das varas, essas causas passarão a ser resolvidas por juízes especializados no exame de processos envolvendo o Poder Público Federal, o que gera a expectativa de redução da dívida ativa da União. Para a Assessora Parlamentar do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Helga Jucá, as novas varas também ajudarão a desafogar o número de processos, ampliando a distribuição das ações.

O projeto

A proposta das novas varas tramitava na Câmara dos Deputados desde 2001. O texto concebido pelo STJ e aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) tinha por finalidade assegurar varas federais itinerantes. Por esse motivo, das 48 varas destinadas ao TRF da 1ª Região, 21 ficariam sem localização, de modo a permitir ao próprio CJF um deslocamento quando julgasse ne-

cessário. Constatado o aumento de demandas numa determinada região, essas varas itinerantes seriam instaladas. Exauridos os casos, as equipes poderiam ser deslocadas para outras cidades.

Distribuição das varas

As 183 novas varas estarão distribuídas pelos cinco Tribunais Regionais Federais, sendo que 59 juizados serão destinados aos 14 estados do TRF da 1ª Região. No projeto original do STJ, a Região seria contemplada com 48 varas. O TRF da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo) teve uma redução de três varas, ficando com 27 localizações. Os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a 3ª Região, asseguraram as 28 varas. Enquanto os estados do Sul (4ª Região) passaram de 39 varas (projeto original) para 36 varas. No TRF da 5ª Região houve uma redução de 38 varas para 33 novas varas federais.

A instalação das varas acontecerá de forma gradativa a partir deste ano.

Os recursos humanos

O Diretor da Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Alex Amorim de Souza, lembra que as no-

vas varas necessitarão, para serem instaladas, de alguns servidores experientes. Segundo ele, na Primeira Região existem hoje muitos servidores que trabalham distantes de suas cidades de origem. Para resolver o problema desses servidores e suprir a necessidade de experiência funcional nas novas varas, um concurso público de remoção por edital cujo critério de seleção seja o tempo de serviço pode ser a alternativa, avalia. Em entrevista ao Destaque Mensal, Alex Amorim informou que existe a possibilidade de aproveitamento dos aprovados no último concurso, para efeitos de formação dos quadros das novas varas. Mas ele ressaltou que a experiência em nomeações para cidades diferentes daquelas para as quais os candidatos fizeram o concurso não é das melhores. Segundo ele, em todas as vezes que o Tribunal promoveu alteração de cidade para a nomeação, houve problemas. O que acontece é que, ao atender a uma convocação por edital, o candidato se habilita para uma nomeação distante da sua cidade de origem, iniciando aí um processo de tentativa de retorno que envolve muitas pessoas. Essa situação, na maioria das vezes, é contrária aos interesses da Administração. “O ideal é que se faça um concurso na cidade que irá sediar a nova vara federal”, defende Amorim.





Seções Judiciárias

MT
MT **MATO GROSSO** MT

Corregedor-Geral encerra correição ordinária



Corregedor-Geral, Aloísio Palmeira e Des. Federal Selene Maria de Almeida, juízes federais, dirigentes e servidores da Seccional de Mato Grosso

O Corregedor-Geral do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, encerrou, no dia 24 de outubro, os trabalhos de correição ordinária na Seção Judiciária de Mato Grosso.

Acompanharam nos trabalhos o Corregedor-Geral a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, os Juízes Federais Ricardo Machado Rabelo e Mônica Aguiar Silva, respectivamente, das Seções Judiciárias de Minas Gerais e da Bahia, Sérgio Silva, Diretor da 2ª Vara do Distrito Federal, e Marcos Aurélio de Brito, Assessor da Corregedoria-Geral.

Os trabalhos de correição ordinária nas cinco Varas, no Juizado Especial e na Turma Recursal iniciaram no dia 20.

Juízes recebem Moção de Aplausos da Câmara Municipal

Os Juízes Federais Julier Sebastião da Silva e César Augusto Bearsi, da Seção Judiciária de Mato Grosso, receberam hoje, dia 24 de outubro, em sessão ordinária da Câmara Municipal de Cuiabá, Moção de Aplausos por serem profissionais de ílibada conduta ética e moral e por conduzirem sua vida profissional a serviço da justiça, destacando-se, com coragem, no combate ao crime organizado no Estado de Mato Grosso.

Estiveram presentes à solenidade todos os juízes federais de Mato Grosso e inúmeros servidores da Seccional.

MG
MG **MINAS GERAIS** MG

SUBSEÇÃO DE UBERLÂNDIA

Solenidade no Dia da Independência

Foi realizada em setembro, para comemorar o Dia da Independência do Brasil, a solenidade de hasteamento das bandeiras nacional, estadual e municipal, com apresentação de bandas de música do 36º Batalhão de Infantaria Motorizada (36º BIMTZ) e Polícia Militar, em frente ao prédio da Subseção Judiciária, com a participação de alunos da Escola Estadual Professor Ederlinol Lannes Bernardes e Pirlimpimpim São Paschoal. O evento contou com a presença dos magistrados, diretores de secretaria, servidores da Justiça Federal e da Procuradoria da República, além de advogados que atuam nas imediações da Subseção Judiciária de Uberlândia.

MA
MA **MARANHÃO** MA

Seção Judiciária empossa 26 conciliadores

No último dia 03 de novembro tomaram posse os 26 novos conciliadores do Juizado Especial Federal Cível da Seção Judiciária do Maranhão.

O Juiz Coordenador do Juizado, Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo, deu as boas-vindas e ressaltou a importância dos conciliadores para o trabalho do Juizado. O Juiz Federal Lucas Rosendo Máximo de Araújo lembrou que a atuação como conciliador dará boa experiência para quem quiser ingressar, no futuro, na magistratura.

O Termo de Adesão foi lido por Nahyma Ribeiro, classificada em primeiro lugar na seleção. Em seguida, todos assinaram o termo, no qual se comprometem a cumprir bem e fielmente a Constituição, as leis do País e os regulamentos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.





Justiça Federal revoga regra de domicílio mínimo para advogar em Minas Gerais

É inconstitucional a exigência de prévio domicílio do candidato a advogado no local onde pretende instalar sua banca. A sentença é da Justiça Federal de Belo Horizonte, que determinou à OAB de Minas Gerais o registro de bacharel aprovado em exame de ordem em agosto passado. A OAB-MG recusou documentação do candidato sobre seu domicílio em cidade próxima da divisa com o Espírito Santo a pretexto de que ele não comprovara residência em Minas há pelo menos um ano antes do exame.

O Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa considerou ilegal e inconstitucional o edital que fixou prazo mínimo de um ano no domicílio onde o candidato pretende advogar. Para a sentença, a exigência é ilegal e não está prevista nem mesmo no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94).

A decisão também esclarece que exigir prazo mínimo de domicílio violaria o princípio da igualdade para o exercício de profissão regulamentada. Segundo esse princípio, a União não pode discriminar ou fazer distinções entre brasileiros. “Exigir um tempo mínimo de domicílio para o exercício de cargo ou profissão traduz odiosa regra discriminatória aos brasileiros que tenham origem diversa daqueles que pretendam officiar no território sob a jurisdição de qualquer órgão fiscalizador de profissão”, escreveu o juiz. O argumento invoca uma decisão de 1987 em que o STF revogou edital de concurso para juiz em São Paulo onde se exigia dos candidatos ao cargo pelo menos cinco anos de residência no Estado.

“Tanto faz exigir domicílio por algumas horas ou por três décadas, sempre se estará a exigir um domicílio, o que está em desacordo com a regra constitucional que veda a discriminação entre brasileiros por sua origem”, complementou.

A sentença foi publicada no final de outubro. Mesmo que a OAB-MG não recorra, a decisão ainda deve ser reapreciada pelo Tribunal Federal da 1ª Região, em Brasília, graças ao chamado “reexame obrigatório”. Quando um juiz de primeira instância dá ganho de causa contra o Poder Público – a OAB é considerada legalmente uma autarquia – a sentença obrigatoriamente deve ser reexaminada por um tribunal.

Fonte: 16ª Vara – www.mg.trfl.gov.br -

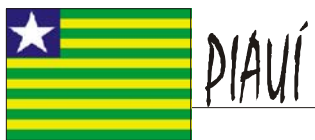


Cálculo da contributiva dos beneficiários da Previ em discussão

A sentença do Juiz Federal Substituto da 8ª Vara do DF, Márcio Barbosa Maia, determinou que fossem excluídos da paridade contributiva os beneficiários aposentados e os empregados segurados que já haviam aderido ao Estatuto da Previ – entidade fechada de previdência privada dos funcionários do Banco do Brasil. Assim, deverá manter-se, para essas categorias de beneficiários, a sistemática de contribuição estabelecida pela CF/88 segundo a qual a entidade patrocinadora contribuía para a previdência complementar na proporção de duas cotas para cada uma paga pelo segurado.

O Juiz Federal destacou em sua sentença as palavras do Procurador da República de que a implementação da paridade em questão, prevista na Emenda Constitucional n. 20/98, “aplica-se, apenas, às adesões aos planos de benefícios de previdência privada contratadas a partir de sua publicação, de molde a resguardar o ato jurídico perfeito e a segurança jurídica.”

Anulado licenciamento para ampliação do metrô



O Juiz titular da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí, Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, anulou o licenciamento da ampliação do metrô da capital piauiense em decisão de 07 de novembro.

A construção da extensão da linha do Metrô de Teresina, de 850 metros, seria realizada, em parceria, pelo Governo do Estado e a Prefeitura Municipal. A decisão judicial, por meio de liminar em ação civil pública, foi impetrada pela Procuradoria da República no Piauí e pela Curadoria do Meio Ambiente.

O Juiz Federal declarou que o Estudo de Impacto Ambiental original e o complementar são omissos quanto à análise da compatibilidade entre a implantação do projeto de ampliação do metrô e o plano de governo municipal que considera a Praça Marechal Deodoro e seu entorno Zona de Preservação Ambiental desde agosto de 1988.

Fundamentou-se na lei que determina que a área deverá manter o desenho, a implantação e a arborização originais. Em sua decisão, afirmou, pois, que não foi considerada a influência do prolongamento da linha férrea a ser construída de forma suspensa para a passagem do metrô no outro monumento histórico em processo de tombamento federal, *in casu*, a Ponte João Luís Ferreira, a conhecida Ponte Metálica, cartão postal da cidade. A ampliação está a comprometer o centro histórico de Teresina.



Crime organizado é debatido em Encontro de Juizes Federais

Crime Organizado foi o tema do VII Encontro de Juizes promovido pela Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) em parceria com a Seção Judiciária do Amazonas. O evento aconteceu em Manaus, no período de 5 a 7 de novembro, e reuniu mais de trezentas pessoas, entre juizes, advogados, procuradores e estudantes de Direito. Segundo o organizador do evento, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, Manaus foi escolhida para sediar o Encontro por estar situada na Região Norte, um dos pontos de maior incidência de tráfico de entorpecentes e onde tramitam diversos processos relacionados ao crime organizado. O tema foi uma sugestão do Juiz Federal Vallisney de Oliveira, da SJAM.

Durante a abertura do evento, o Governador do Estado, Eduardo Braga, falou sobre a realidade do Amazonas em relação ao crime organizado. Ele apontou a instalação de um Centro Integrado da Polícia Federal e de uma Vara Especializada na cidade de Tabatinga como estratégias para se combater o crime no Estado e revelou que ambos os

projetos – o segundo, com o total apoio do TRF da 1ª Região – muito em breve serão concretizados.

O Presidente do TRF-1ª Região, Catão Alves, também chamou os participantes à atenção para a realidade de Tabatinga, que, segundo ele, é uma região problemática devido à presença constante de representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O Presidente ratificou as palavras do governador e ressaltou a importância da interiorização do trabalho da Justiça Federal em Tabatinga. “Um Centro Integrado da Polícia Federal representará uma pronta repressão com a certeza do cumprimento das penas”, resumiu.

Crime X Estado – “O Estado paralelo está derrotando o Estado Oficial”. Esta foi a afirmação do Professor e Doutor em Direito Penal Luiz Flávio Gomes durante a palestra proferida na manhã do segundo dia do Encontro. Segundo o jurista, por ora, o crime organizado está vencendo o Estado oficial por muitas razões, mas, sobretudo, por três fatores: falta de legislação ade-

quada, desestruturação da polícia e defasagem do Judiciário. “No âmbito do Crime Organizado, a nossa legislação é caótica, mal elaborada e mal feita. O Executivo não estrutura a Polícia, e o Judiciário está defasado e inadequado para o terceiro milênio, padece de eternos problemas de morosidade”, criticou. Por outro lado, advertiu que é possível reverter essa situação, desde que imediatamente sejam adotadas posturas corretas, com a criação de uma legislação adequada, estruturação da Polícia e, sobretudo, a implantação de uma Central de Inteligência Nacional e o desafogamento do Judiciário.

Para Luís Flávio Gomes a Polícia deve fazer um trabalho preventivo e não apenas repressivo. “Reprimir o crime é importante, mas a repressão muitas vezes chega tarde para pessoas que perdem o patrimônio e, até mesmo, a vida”, resumiu.

Lavagem de Dinheiro – O Diretor da Caixa Econômica Federal Raphael Rezende Neto abordou o problema da lavagem do dinheiro no País. Segundo ele, os bancos têm a função

de trabalhar de modo a impedir de forma preventiva que o dinheiro do crime organizado circule no País. “Os bancos não têm atuação de Polícia, de Ministério Público, ou de Poder Judiciário, mas trabalham no sistema em que circulam todos os recursos financeiros nacionais e devem atuar segundo o princípio de se conhecer o cliente”, explica. Para ele, Sempre que houver qualquer movimentação suspeita ou que esteja fora dos parâmetros estabelecidos nas regras brasileiras, os bancos têm a obrigação de informar isso aos órgãos competentes, reguladores e fiscalizadores, entre eles o Banco Central. “Acompanhamos o trabalho da CPI do Banestado, e isso tem formado uma consciência e a mudança de cultura dentro do Brasil a respeito da lavagem de dinheiro”, afirmou.

Tolerância Zero –

Uma das palestras mais concorridas do evento foi a do Procurador-Geral da Corte de Apelo Italiana Antonio Marini, que falou sobre sua experiência no combate à máfia da Itália e sobre o crime organizado no Brasil. Na ocasião, o magistrado italiano alertou que se o Estado brasileiro não combater a organização do crime com todo o empenho e força política que dispõe, a violência urbana se transformará em atentados terroristas de grandes proporções muito em breve. Segundo o magistrado, o Brasil deve adotar a política de Tolerância Zero contra a criminalidade em todas as esferas, pois foi essa a política adotada na Itália na época que as brigadas vermelhas desafiaram o País com crimes e atentados violentos, como o do *premier* Aldo Moro, nos anos 70. “O Brasil não precisa tolerar mais nada. Nem a corrupção. Hoje não é possível admitir o desfile de verdadeiros mafiosos ou criminosos abraçados com político e autoridades, entrando em prédios públicos, como se fossem pessoas do bem”, afirmou.

Antonio Marini disse também que as instituições de segurança devem trabalhar juntas para unir forças e reprimir com eficácia o crime organizado. Segundo ele, para conseguir bons resultados contra os criminosos, a Justiça italiana também deu garantias a colaboradores

e testemunhas. “Se os arrependidos que-rem colaborar, eles e as famílias precisam de proteção”, resumiu.

Delação Premiada - O Juiz Federal do Acre Pedro Francisco da Silva, que atuou no caso da organização criminosa liderada pelo ex-deputado Hidelbrando Pascoal, falou sobre produção e proteção de provas e avaliou que os instrumentos utilizados pelo Judiciário ainda não são eficientes. “Penso que isso não é nem mesmo uma reforma da legislação, mas uma necessidade de articulação dos poderes constituídos. O crime é organizado e, nós, agentes públicos, nem sempre somos”, revelou. O Juiz Pedro Francisco também afirmou que muitos operadores do Direito estão voltados para paradigmas antigos e não estão atentos aos novos modelos de produção de pro-



Da esq. para a dir., Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, Presidente do Tribunal de Justiça/AM, Desembargadora Marinildes de Mendonça, Presidente do TRF-1ª Região, Catão Alves, Juíza Jaiza Fraxe e Procurador Italiano Antonio Marini

va, como a delação premiada, que consiste em conseguir testemunhas pertencentes a organizações criminosas para colaborar com a Justiça, o que, segundo ele, tem previsão legal. Em seguida, o juiz destacou o programa de proteção a testemunhas denominado Provita, onde as pessoas não são protegidas pelos policiais ou pelo poder público, mas pela sociedade civil organizada. “O programa existe há três anos e é um sucesso. Desde sua criação nenhuma testemunha sofreu violência”, disse o magistrado.

Sequestro relâmpago - Palestrante no último dia do evento, o Senador Bernardo Cabral falou sobre o crescente número de sequestros relâmpagos em todo o País. Segundo ele, isso reflete uma situação de grande despreparo no com-

bate ao crime organizado e vem gerando uma onda de trauma nas pessoas. “O cidadão não consegue mais se liberar. Ele tem receio de ir a um caixa eletrônico e, quando está na rua, tem medo de ser seqüestrado”, afirmou angustiado e, em seguida, alertou: “O temor e o pavor se generalizam e se o Estado não tomar providências sérias, a sociedade pode reagir formando grupos de extermínio e organizações pára-militares, o que enfraquece qualquer Estado”.

O Senador também falou sobre as investigações que envolvem membros do Poder Judiciário no crime organizado e afirmou que a fraqueza faz parte da condição humana. Segundo ele, se for realizado um levantamento do número de juizes em todo o País e dos que se envolveram com práticas ilícitas, será constatado que esse número é muito pequeno. “É uma minoria que não chega a contaminar todo o Judiciário. Os criminosos têm o poder do dinheiro e tentam ter o poder de dispor das pessoas. Quem é fraco moralmente acaba cedendo, mas felizmente é um número reduzido”, argumentou.

Encerramento – Ao final do evento, o Presidente Catão Alves lembrou que, para combater o crime organizado, é preciso fazer os governos federal e estadual sensibilizem-se com a seriedade do problema. “Se o Estado deixar o crime organizado crescer, vai se formar um estado paralelo”, alertou. Em seguida, o Diretor da Esmaf, Jirair Aram Meguerian, afirmou que o objetivo do encontro foi alcançado. “Foi uma excelente oportunidade de troca de experiências entre os juizes federais e operadores do Direito. A idéia, agora, é aprimorar o desempenho da Justiça Federal nos processos relativos ao crime organizado, que têm sido uma constante”. A Diretora do Foro em exercício da Seção Judiciária do Amazonas, Jaíza Maria Pinto Fraxe, encerrou o evento lembrando a importância de um enlace entre a Justiça Federal, Polícia Federal e Ministério Público Federal. “A própria idéia de iniciar e desenvolver um Congresso que trate do crime organizado e reúna representantes de diversos órgãos é um instrumento de combate, porque aparecem as causas, as conseqüências e, sobretudo, as soluções”, finalizou.



Momentos



(Da esq. para a dir.) Des. Jirair Aram Meguerian, Juíza Jaiza Fraxe, Min. Gilson Dipp, Min. Ari Pargendler, Procurador Italiano Antonio Marini e Pres. Catão Alves

Senador Bernardo Cabral, ladeado à dir. pelo Presidente Catão Alves e à esq. pelo Diretor da Esmaf, Jirair Aram Meguerian



Desembargador Federal I'Talo Mendes proferindo palestra sobre o Crime Organizado e as Instituições Públicas



(Da esq. para a dir.) Vice-Presidente Carlos Mathias, Juiz Federal Francisco Betti, Procurador Antonio Marini e Presidente Catão Alves



Mauro Spósito, Delegado-Chefe de Fronteiras (em pé) e Juízes Federais Cloves Barbosa e Leomar Barros

Confira abaixo as conferências e os painéis apresentados durante o evento:

Conferências	Conferencistas
Conferência de abertura	Governador do Amazonas Eduardo Braga
O Crime Organizado e o Estado Oficial	Luiz Flávio Gomes, Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito Complutense de Madri/Espanha
Combate à Máfia: experiência italiana	Antonio Marini, Procurador-Geral Substituto da Corte de Apelo de Roma/Itália
Judiciário e Crime Organizado: seqüestro	Bernardo Cabral, Relator da Assembléia Nacional Constituinte de 1988
O Crime Organizado e as Instituições Públicas	Desembargador Federal I'talo Mendes do TRF-1ª Região
Lavagem de dinheiro – Cooperação Internacional – Cooperação Interna – Varas Especializadas	Ministro Gilson Dipp do Superior Tribunal de Justiça
Conferência de Encerramento –	Presidente do TRF- 1ª Região Catão Alves



Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa, Juiz Federal Helder Girão Barreto e Procurador Peterson Pereira

Painéis	Painelistas	
Crime Organizado Internacional: tráfico de entorpecentes	Metodologia de Investigação	Mauro Spósito, Delegado-Chefe de Fronteiras/PFAM
	Nova Lei de Tráfico de Entorpecentes e instrução criminal	Cloves Barbosa Siqueira, Juiz Federal da SJDF
Estrutura Penal e Crime Organizado	O Papel do Ministério Público no Combate ao Crime Organizado	Peterson Pereira de Paula, Procurador da República/AM
	Instrumentos de Combate ao Crime Organizado	Marcos Augusto de Sousa, Juiz Federal em auxílio à Corregedoria do TRF-1ª Região
Lavagem de Dinheiro e Crime Organizado	Lavagem de Dinheiro e Instituições Bancárias	Raphael Rezende Neto, Diretor da CEF
	Aspectos Penais e Processuais da Lei de Lavagem de Dinheiro	André Prado de Vasconcelos, Juiz Federal da SJMG
A Prova Penal e o Crime Organizado	Crime Organizado e os Meios de Prova	Cândido Moraes Pinto Filho, Juiz Federal da SJBA
	Produção e Proteção de Provas no Combate ao Crime Organizado	Pedro Francisco da Silva, Juiz Federal de SJAC



Juiz Federal André Prado, Diretora Jurídica da CEF, Beatriz Engelman Soares, e Diretor da CEF Raphael Rezende

“O Estado pode vencer o crime. Basta vontade política”

Por Etienne Gomes

O Procurador-Geral Substituto da Corte de Apelo de Roma na Itália, Antonio Marini, participou do VII Encontro de Juizes Federais realizado pela Esmaf em Manaus no período de 05 a 07 de novembro. No evento, ele proferiu a palestra “Combate à máfia: experiência italiana”. Em entrevista à Destaque e ao jornal Diário do Amazonas, Antonio Marini fez questão de alertar que o Estado pode vencer o crime se tiver vontade política e, sobretudo, se aplicar o Princípio da Tolerância Zero que tem por base não tolerar mais os abusos impostos pelo crime organizado. “Não é preciso tolerar nada de ruim. Nem mesmo a corrupção. Se o Estado reage e não tolera absurdos, derrota qualquer crime”, resume. Confira, abaixo, o que pensa Antonio Marini.

Como foi sua experiência no combate à máfia italiana?

Na verdade, todos os juizes da época participaram dessa batalha. Eu me especializei na luta contra o crime organizado e contra o terrorismo, mas como a corrupção anda de mãos dadas com os dois, pode-se afirmar que me especializei, também, no combate à corrupção. Tudo aconteceu entre 1978 e 1992. Na época do seqüestro e morte de Aldo Moro, presidente do mais importante e maior partido político da Itália da época, o Democra Cristão, que representou um divisor de águas, pois o Estado se manifestou e resolveu por um fim à máfia na Itália.

O atentado ao papa também foi um fato importante que movimentou a luta no combate ao crime organizado, não é verdade?

O atentado contra o Papa João Paulo II, durante visita à Praça São Pedro, em Roma, foi o fato mais importante do ponto de vista internacional. Havia uma acusação de que o atentado havia ocorrido a mando da extinta União Soviética, que por meio da KGB teria dado ordens para o Serviço Secreto Búlgaro matar o Papa Polaco, que era considerado um risco para o comunismo. O Serviço Secreto búlgaro teria usado a máfia turca, que designou o terrorista Mamhat Ali Agca para executar o serviço.

Como o Estado italiano comba-

teu a máfia?

Primeiro, foi criada uma lei específica para o crime organizado. Aplicamos as leis mais severas aos criminosos que não queriam colaborar com as investigações. Reservamos para eles o artigo 416-Bis e os condenamos à prisão perpétua em total isolamento. Estes condenados não têm direito a escrever e nem de receber cartas e muito menos de telefonar. Eles podem receber visitas, mas só podem se comunicar através de um vidro, não há contato físico.

Para aqueles que querem colaborar com as investigações são oferecidos diversos benefícios, como prisões melhores e penas reduzidas, tudo amparado por uma lei criada em 2001. Essa foi a saída encontrada para dismantelar as organizações criminosas, pois causa um racha entre os réus. Antes dessa lei, havia um problema, pois os mafiosos eram presos juntos e usavam telefones para comandar a máfia de dentro das cadeias. Hoje, o criminoso que age dessa forma é enquadrado no art. 416-Bis.

Quais as semelhanças existentes entre a Itália e o Brasil no que diz respeito ao crime organizado?

O que acontece no Brasil, com inúmeros seqüestros e homicídios, é semelhante ao que ocorreu na Itália na década de 70. No Brasil, hoje, há uma tolerância, como acontecia na Itália, naquela época. Depois do seqüestro e morte de Aldo Moro é que o Estado Italiano se movimentou, temendo, claro, o pior. A partir daí, as leis começaram a ser elaboradas de forma mais severas para se desfazer o terrorismo. Na verdade, não exterminamos toda a máfia, mas conseguimos diminuí-la de forma considerável.

O Brasil sofre hoje com o crime organizado. Na Itália, era a máfia, que é a forma mais conhecida historicamente de organização do crime. O que existe de comum, no entanto, é o fato de que tem de ser adotado pelos dois países o princípio da “Tolerância Zero”. Não é preciso tolerar nada de ruim. Nem mesmo a corrupção. Com esse princípio é possí-



vel dismantelar o crime organizado. O Estado pode vencer o crime. Basta vontade política.

Houve uma época na Itália que os terroristas matavam autoridades. Certa vez, eles seqüestraram dois juizes, um jornalista e cinco policiais que faziam a segurança de Aldo Moro. Depois disso, passaram a exigir a liberdade de presos em troca da liberação dos reféns. O Estado se negou, e eles mataram todas as vítimas. O Estado parecia impotente. Foi, na verdade, um ataque ao coração do Estado. Depois disso, o Estado percebeu que tinha que reagir. Surgiu, então, o Partido da Firmeza, em que os comunistas entraram em acordo com os democratas. É assim que funciona: se o Estado reage e não tolera absurdos, derrota qualquer crime.

Qual a realidade da Itália hoje?

Hoje existem na Itália muitos islâmicos que apóiam a Al Qaeda e os que apóiam as Brigadas Vermelhas. O grande temor do momento é que elas se unam e formem uma força maior. Foi justamente por esse receio que a Itália foi o primeiro país a apoiar os Estados Unidos depois do atentado de 11 de setembro.

O terrorismo cresceu na Itália dentro das forças radicais de esquerda que faziam parte do parlamento. O parlamento foi tolerante e fez com que os radicais ganhassem força. A máfia é como um polvo, com seus tentáculos sempre articulados, que alcançam tudo, a política, a justiça etc. Temos que cortar esses tentáculos e deixar a cabeça do polvo que deve ser destruída num único golpe. É uma metáfora, mas é assim que funciona.

Como foi participar do Encontro?

Uma oportunidade para entender como o Brasil faz para combater o crime organizado. Um momento para trocar idéias, informações e colaborar. Nem o terrorismo nem o crime organizado podem ser combatidos sozinhos. Os Estados precisam colaborar entre si. Assim será possível derrotar o inimigo. ■



Gente em Destaque

“Canção da Noite”

A noite é a grande responsável pela renovação de cantores da música popular brasileira. É apresentando, em bares, grandes sucessos de músicos já consagrados que surgem novos nomes na nossa música.

Para Luiz Faria não foi diferente. Cantando e tocando seu contrabaixo nas noites de Goiânia, em meados dos anos 80, foi que ele descobriu o amor pela música.

O seu primeiro CD, intitulado “Canção da Noite”, mescla MPB e um pouco de *rock* e ainda conta com uma parceria do também músico Kadoni, em uma faixa de *reggae* chamada “Metade”.

Nesse trabalho estão 11 composições suas, com uma única parceria. “Eu gosto de compor só. Quero ser o responsável maior por esse trabalho”, afirma. Suas letras abordam temas do cotidiano, questionamentos sobre o social e fatos políticos, além de falar das relações humanas, imprescindíveis em se tratando de música popular brasileira, como na canção “Apenas Humano”, no trecho: *Eu disfarçava para não perturbar/Quando você falava do seu amor/E me calava pra não ajudar/Todas as palavras que pertur-*



bam o seu amor.

Toda música composta e tocada com o coração consegue passar para as pessoas que as ouvem toda a emoção das lembranças que autor tinha ao fazê-las. Luiz Faria parece ter conseguido esse feito no seu CD “Canção da Noite”. Quem quiser conferir a música desse cantor de Goiânia pode enviar um *e-mail* para: luiz.ffaria@ig.com.br.

Dia Mundial de Luta contra a Aids

O dia 1º de dezembro é o Dia Mundial de Luta contra a Aids. Nessa data, todos os órgãos responsáveis pela saúde intensificam as campanhas preventivas, numa tentativa de conscientizar a população da importância do uso do preservativo nas relações sexuais como forma de se evitar o contágio. Outro aspecto bastante abordado é o combate ao preconceito, infelizmente ainda muito forte, contra os portadores do HIV.

Aqui no TRF, a data é lembrada há vários anos. Na semana de 1º de dezembro, a Diben distribuiu preservativos e material educativo em todas as unidades do Tribunal. Também foi distribuído o Destaque Saúde – edição especial do Dia Mundial de Luta contra a Aids –, elaborado em parceria com a Diben/Ascom/Serviço Médico, setores integrantes do PGQVT.

A publicação trouxe uma entrevista, exclusiva, com servidora do Judiciário portadora do vírus HIV. Na entrevista, ela contou, com muita sensibilidade e sinceridade, como convive com a doença.

O TRF-1ª Região está no ar

Não é mais novidade que o TRF da 1ª Região está ampliando seus horizontes no que se refere à divulgação de suas informações. A recente inauguração do estúdio de rádio e televisão demonstra o grau de interesse do Órgão em investir nos meios de comunicação para tornar mais popular o acesso à justiça. Mais que isso: o Sistema de Divulgação Jornalística Impressa, Televisiva e

Radiofônica em funcionamento no TRF vai integrar os Estados da 1ª Região com o TRF/Sede, reduzindo distâncias, e aproximando as Seções Judiciárias das informações gerais do Tribunal.

Numa estrutura montada no 2º subsolo do Ed. Anexo I, o estúdio de rádio e tv está dotado de equipamentos de última geração, que dão ao TRF as condições necessárias para a produção, em larga escala, de programas institucionais jornalísticos. As condições técnicas adquiridas a partir do Sistema Integrado dão maior profissionalismo ao trabalho que já vinha sendo feito pela equipe da Ascom.

Além da parte técnica, o TRF investiu em recursos humanos. A contratação de equipe especializada composta de diagramadores, cinegrafistas, auxiliares, produtores e repórteres veio somar-se ao pessoal do Quadro do TRF com qualificação profissional para o exercício de atividades da área de comunicação social. O resultado de todo esse investimento pode ser conferido, todos os dias, na TV Justiça. A emissora coordenada pelo Supremo Tribunal Federal e que completou um ano de existência em

agosto passado, veicula todo o material produzido pela Assessoria de Comunicação Social do TRF. Ambos comungam do mesmo objetivo, que é ampliar o acesso à Justiça, oferecendo ao público informação ágil, clara, contextualizada e confiável.

Para tanto, uma equipe composta de cinegrafista, auxiliar e repórter produz matérias diárias para o Jornal da Justiça 1ª e 2ª edições, ao meio-dia e às 7h da noite. Após acompanhamento das sessões de julgamento das Turmas, Seções e Plenário do Tribunal, as decisões mais inusitadas e relevantes para o País transformam-se em matérias jornalísticas.

Também, ao longo da programação da TV Justiça, os Desembargadores do TRF da 1ª Região entram em momentos variados participando dos programetes “Lições de Direito” e “Momento Jurídico”. O primeiro, explicando termos jurídicos para o público leigo; e o segundo, expondo idéias e opiniões acerca de temas relevantes do Direito.

O TRF participa também como parceiro do programa Fórum, da TV Justiça, – programa de entrevista que vai ao ar toda sexta-feira, na emissora. As gravações ocorrem nas tardes de quarta-feira ou de sexta-feira, no estúdio da Casa, onde uma equipe composta de editor, produtor e apresentador recebe as autoridades li-

gadas ao mundo jurídico para debater sobre temas do Direito que estão em evidência no cenário político-jurídico-nacional.

Outro programa que vem repercutindo positivamente para a Justiça Federal é o “Via Legal”, produzido pelo CJF em parceria com os

TRFs. Com apenas um ano de existência, o programa vem recebendo reconhecimento, tanto do público, quanto de entidades ligadas à Comunicação, pelo trabalho diferenciado que vem realizando, mostrando em linguagem acessível o funcionamento da Justiça Federal. Prova disso, foram a indicação de matéria do TRF sobre tráfico de animais silvestres para o prêmio Imprensa Embratel e a conquista do prêmio Wladimir Herzog, um dos mais importantes prêmios voltados para os direitos humanos, pela série Ditadura.

Toda essa programação pode ser conferida por meio da TV Destaque, que está disponível via computador aos interessados. A programação está variada: são palestras da Esmaf; vídeos institucionais; *flashes* dos eventos mais importantes do TRF; o programa “Via Legal”; o “Momento jurídico”; o “Lições de Direito”; e as palestras realizadas pela área de recursos humanos. Uma série de novidades está sendo preparada para incrementar mais ainda a programação, incluindo dicas de exercícios laborais, programas voltados para a qualidade de vida dos servidores e um telejornal ao vivo.

Fique por dentro do noticiário da TV do TRF. Acesse a TV Destaque no endereço: www.trf1.gov/sectoriais/comunicacao.





A arte de lidar com as emoções

A velocidade com que estão ocorrendo mudanças no mundo exige que as pessoas tenham um ritmo de vida mais acelerado. Em razão dessa vida dinâmica, é comum que as atenções estejam voltadas apenas para as atividades a serem desempenhadas, em detrimento das emoções envolvidas nas relações interpessoais.

A maioria das pessoas tem dificuldade em controlar situações emocionalmente instáveis. Quando essa dificuldade vem juntar-se à dificuldade de comunicação, os resultados podem ser desastrosos. A incapacidade de controlar as emoções e comunicar-se eficazmente leva a conflitos repetidos e não-resolvidos, à falta de entusiasmo e ao decréscimo da produtividade. As pessoas podem aprender a usar suas emoções de maneira produtiva e desenvolver a capacidade necessária para um bom relacionamento com os outros.

Ser inteligente emocionalmente é obter benefícios de suas emoções, transformando-as em aliadas para garantir e aperfeiçoar seus resultados. A inadequação no uso de suas emoções prejudica o desenvolvimento e o sucesso, tanto do indivíduo quanto da organização. As emoções desempenham um papel importante no ambiente de trabalho. A inteligência emocional pode ser nutrida, desenvolvida e ampliada. Não se trata de uma característica impossível de adquirir, exigindo do indivíduo algumas aptidões básicas, que são: conhecer as próprias emoções, lidar com as emoções, motivar-se, reconhecer as emoções nos outros e saber relacionar-se.

Conhecer as próprias emoções – implica ter atenção permanente a nossos estados interiores, fazendo uma auto-reflexão, observando e investigando a própria experiência, incluindo as emoções. Isso significa estar consciente ao mesmo tempo de nosso estado de espírito e dos nossos pensamentos sobre esse estado. A autoconsciência tem um efeito maior sobre sentimentos fortes de aversão. A compreensão oferece um maior grau de liberdade de não agir com base na raiva, por exemplo, bem como a opção extra de tentar se livrar dela. Os indivíduos conscientes de seu estado de espírito, geralmente, são autônomos e seguros de seus próprios limites, gozam de boa saúde psicológica e tendem a ter uma perspectiva positiva da vida. Quando entram num estado de espírito negativo, podem sair dele mais facilmente.

Para ampliar a autoconsciência, é necessário realizar uma introspecção e ter coragem para explorar suas reações às pessoas e aos acontecimentos de sua vida profissional. Para tanto, deve-se, especificamente: examinar o modo como faz as avaliações, atentar para seus sentimentos, entrar em contato com seus sentimentos, identificar suas intenções e prestar atenção a seus atos.

Lidar com as emoções – significa compreendê-las e usar essa compreensão para modificar as situações em seu benefício. O objetivo é o equilíbrio, não a eliminação das emoções: todo sentimento tem seu valor e sentido. Quando as emoções são abafadas demais, criam o embotamento e a distância; quando descontroladas, extremas e persistentes demais, tornam-se patológicas. O controle de nossas emoções perturbadoras é a chave do bem-estar emocional; os extremos, as emoções que vêm com demasiada intensidade e com demasiado tempo, minam nossa estabilidade. Não é que devamos sentir apenas boas emoções; as depressões, como as euforias, temperam a vida, mas precisam ser equilibradas. É a proporção de emoções positivas para negativas que determina a sensação de bem-estar.

As emoções são produzidas por uma interação das suas avaliações, das alterações fisiológicas e suas atitudes, em resposta a um acontecimento externo, que, sendo controlada, nos torna capazes de controlar eficazmente nossas emoções.

A raiva, por exemplo, pode ser controlada avaliando e contestando as idéias que disparam o seu surto. A avaliação original provoca a primeira explosão da raiva, e as avaliações posteriores aumentam a sua intensidade. Quanto mais cedo for feita a avaliação e a contestação das idéias, mais efetivo será o controle, podendo ser completamente eliminada.

Outra maneira de controlar a raiva é esfriá-la psicologicamente esperando que passe o surto, em um ambiente não propenso a aumentar a raiva, buscando distrações para evitar o crescente pensamento hostil. Uma estratégia para esfriamento psicológico que pode ser utilizada no ambiente de trabalho é inspirar profundamente até sentir que a raiva diminuiu, lembrando que essa estratégia só funcionará se você conseguir se distrair do pensamento que provocou a raiva. Pesquisas mostram que uma das piores maneiras de esfriar a raiva é a explosão e que, na verdade, causa um efeito contrário deixando as pessoas mais irritadas. Mostram ainda, que muito mais efetivo é quando as pessoas primeiro esfriam e, depois, de uma maneira mais construtiva ou asertiva, enfrentam a outra para acertar desavenças.

Motivar-se – significa usar seu sistema emocional para levar e despendar energia numa direção específica, com um propósito específico, e manter esse processo em andamento. Na medida em que nossas emoções atrapalham ou aumentam nossa capacidade de pensar e de fazer planos, definem os limites de nosso poder de usar nossas capacidades mentais e determinam como nos saímos na vida. E, na medida em que somos motivados por sentimentos de entu-

siasmo e prazer no que fazemos, ou mesmo por um grau ideal de ansiedade, esses sentimentos nos levam à conquista.

Há quatro fontes que você pode utilizar para motivar-se: você mesmo; amigos, parentes e colegas solidários; um mentor emocional; e seu ambiente de trabalho.

Reconhecer as emoções nos outros – A capacidade de saber como os outros se sentem é utilizada nas diversas áreas da vida: trabalho, namoro, paternidade etc. A empatia alimenta-se de autoconsciência: quanto mais abertos estamos para nossas emoções, mais hábeis seremos na leitura dos sentimentos dos outros. Vale ressaltar que empatia é a capacidade de sentir o que o outro sente.

Para reconhecer as emoções nos outros, é necessário ouvir mais do que reunir dados da audição. Ouvintes dotados de empatia usam os olhos para detectar sinais físicos das emoções nos outros. Procuram ver a situação na perspectiva do outro e, acima de tudo, usam o coração para sentir verdadeiramente o que o outro está sentindo.

Saber relacionar-se – Para se ter sucesso nos relacionamentos é necessário atingir um nível de autocontrole. A sintonia com os outros exige o mínimo de calma em nós mesmos. A bela arte dos relacionamentos exige o amadurecimento de duas outras aptidões emocionais: o autocontrole e a empatia. Essas aptidões sociais nos permitem moldar um encontro, mobilizar e inspirar outros, resultar em relações íntimas, convencer e influenciar, deixar os outros à vontade.

A maior parte do contágio emocional é sutil, parte de um intercâmbio que ocorre em todo encontro. Sinais emocionais são enviados em todos os encontros e, quanto mais hábeis somos socialmente, melhor controlamos o envio desses sinais. Todos somos parte dos recursos dos outros para mudança emocional, para melhor ou para pior.

A capacidade de discernir e responder adequadamente aos estados de espírito, temperamentos, motivações e desejos de outras pessoas são indispensáveis aos gerentes. Uma determinante da eficiência interpessoal é a habilidade com que as pessoas conduzem essa sincronia.

Os talentos como a capacidade de motivar-se, controlar impulsos e adiar satisfação, impedir que a haja invasão da capacidade de pensar e criar empatia são decisivos na vida da pessoa e podem ser aprendidos e aperfeiçoados, basta decidirmos por isto.

Maria de Jesus Mendes Frazão – Psicóloga e **Livia Nogueira Miranda** – estagiária de Psicologia; lotadas na DIREH/SECRE.

Cartilha da Cidadania

“Conheça melhor a Justiça Federal”. É esse o tema da cartilha lançada pela Seção Judiciária do Distrito Federal para comemorar os seus 36 anos de existência.

Segundo o idealizador da publicação, Juiz Federal Hamilton de Sá Dantas, atual Diretor do Foro da SJDF, a cartilha tem por objetivo divulgar melhor para a população o funcionamento da Justiça Federal. “A idéia é apresentar a sua história, a sua missão e, principalmente, os serviços que realiza”. O texto da cartilha foi elaborado por servidores e estagiários da Assessoria Jurídica da Seccional, e a apresentação do pequeno livro é feita pelo próprio Diretor do Foro.

A cartilha, de 21 páginas, além de apresentar a história da Justiça Federal no Brasil, traz explicações sobre algumas ações importantes, como *habeas*

corpus, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, *habeas data*, ação popular e ação civil pública. Outra explicação importante diz respeito ao funcionamento dos Juizados Especiais Federais. Lendo a publicação, o interessado fica sabendo como surgiu essa nova modalidade de prestação da justiça, quando e onde deve ser procurada e qual a sua finalidade.

Outros serviços à comunidade realizados pela Justiça Federal também estão sintetizados na cartilha, como a obtenção de certidões “nada consta”, a consulta de processos pela *Internet*, a gratuidade de atendimento e o protocolo externo.

Para facilitar ainda mais a vida do interessado em ter acesso à Justiça Federal, a cartilha traz um mapa de localização da Seção Judiciária do DF e do



Juizado Especial, tendo a rodoviária de Brasília como ponto de referência.

A publicação teve uma tiragem inicial de 10.000 exemplares e está sendo distribuída, nos dois prédios da Justiça Federal do DF, a todos os interessados. Devido ao grande sucesso da cartilha, uma nova edição já está sendo preparada para ser distribuída no próximo ano.

Revisão de aposentadoria tumultua sedes dos JEFs

Um prazo apertado e muita desinformação levou aposentados de todo o País a realizar uma verdadeira corrida às sedes dos Juizados Especiais Federais. Os beneficiários do INSS tinham, inicialmente, até o dia 20 de novembro para pedir revisão de aposentadorias concedidas entre junho de 1977 e outubro de 1988 ou entre fevereiro de 1994 e fevereiro de 1997. Como consequência do prazo apertado, os aposentados formaram filas nas sedes dos JEFs e nos postos do INSS de todo o País, que ficaram abarrotados, apesar do esforço para atender a todos.

No Distrito Federal, os funcionários do JEF fizeram um mutirão. Para agilizar ainda mais o atendimento, os beneficiários precisavam entregar apenas cópias da identidade, CPF e número do benefício.

Em uma tentativa de resolver a situação, o diretor da Associação dos Juizes Federais – Ajufé – e coordenador do

Juizado Especial Federal do DF, Juiz Federal Flávio Dino Castro e Costa, enviou ao Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, um ofício pedindo ao Governo uma solução. O Juiz recomendou a ampliação do direito de correção dos benefícios a todos os aposentados para que não seja necessário que eles recorram à Justiça.

No entanto, a situação só se normalizou depois que o Governo Federal resolveu editar medida provisória restabelecendo o prazo de dez anos para que aposentados e pensionistas possam discutir na Justiça os direitos relativos à Previdência. Segundo a MP, a revisão das aposentadorias poderá ser feita até 2008.





Fotos 1 e 2: Representantes das cinco Regiões aprendem novo sistema

Novo Sistema de cálculos Judiciais da 1ª Instância

No último dia 17 de novembro, a Seção Judiciária do Distrito Federal iniciou o programa de treinamento do novo Sistema de Cálculos Judiciais de 1ª instância, desenvolvido pela Secretaria de Informática do TRF em parceria com os Núcleos de Modernização e Informática e o Núcleo Judiciário da SJDF.

Segundo o Diretor da Secretaria de Informática do TRF, Deusdete Alves Paixão, a idéia do treinamento surgiu com o intuito de padronizar os cálculos judiciais no âmbito da 1ª Região, permitindo-se, assim, a flexibilização em função das decisões judiciais proferidas.

No período de realização do curso, de 21 a 28 de novembro, participaram, além dos responsáveis pelas contadorias das Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região, representantes dos Tribunais Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª e da 5ª Região e do Conselho de Justiça Federal. “O treinamento está sendo muito proveitoso, esta é uma oportunidade única para estarmos nos atualizando. O novo sistema nos oferece muito mais segurança”, ressalta Maria Eli, do quadro de Técnicos Judiciários.

E os planos não param por aí, a Secretaria de Informática está estudando meios de disponibilizar o Sistema de Cálculos para as outras Regiões, dentro da proposta do CJF de desenvolvimento de um Sistema Único Nacional de Cálculos Judiciais dos Juizados Especiais Federais.

Cursos

Quando se trata de investimento profissional, programar-se é uma estratégia pessoal que potencializa a meta almejada.

O Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP estará oferecendo, a partir de fevereiro de 2004, o III Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Público. O curso, com aulas programadas para serem ministradas durante todo o ano, conferirá ao estudante após apresentação de monografia, o Título de Especialista em Direito Público, de acordo com Resolução do Ministério da Educação e Cultura.

Contando com professores de experiência bastante abrangente nos ramos do Direito Público,

tais como ministros do STF e STJ, advogados e conceituados nomes dedicados ao magistério, o Instituto visa capacitar os participantes para o desempenho técnico-jurídico no setor da Administração Pública e da advocacia. Entre as matérias oferecidas, têm-se Agências Reguladoras, Sociedade e Governo, Constituição e Direito Penal, Controle de Constitucionalidade, Curso Avançado de Direito Constitucional, Direito Ambiental, Direito Constitucional do Consumidor e outros no âmbito do setor público. Maiores informações, na página www.Idp.org.br ou pelos telefones:(61) 3640011 e (61) 3642844 ou e-mail idp@idp.org.br

Turma de alfabetização comemora o Dia do Cinema Nacional

No dia 17 de setembro foi lançado o Projeto de escolarização de adultos no TRF-1ª Região com iniciativa do Comitê de Responsabilidade Social, vinculado ao PGQVT. A meta inicial era de alfabetizar 16 prestadores de serviço da área de limpeza e conservação.

Para tanto, os coordenadores do Comitê, Sérgio Faria e Nádia Santana, explicaram aos presentes que o projeto está sendo realizado em parceria com o Uniceub, que está doando kits com cadernos, lápis e borracha e que confeccionou os certificados. Além disso, os alunos contam com a ajuda financeira dos padrinhos, para a compra de material didático e atividades extracurriculares.

Foi dando continuidade a esse projeto que o Comitê decidiu possibilitar aos alfabetizados um momento especial. No último dia 03 de novembro, data em que se comemora o Dia do Cinema Nacional, os alunos foram presenteados por seus padrinhos com um ingresso para assistirem ao longa-metragem nacional “Maria – Mãe do Filho de Deus.

“Essas atividades extraclasse já haviam sido pensadas desde o início do projeto, pois, como ressaltou o Presidente

Catão Alves, é necessário não só o projeto de escolarização mas também a inclusão social de cada indivíduo. “Achamos que o Dia do Cinema Nacional seria uma ótima oportunidade para que este fato fosse colocado em prática”. Esclarece o coordenador do Comitê, Sérgio Faria.

A notícia do passeio ao cinema che-



Turma de Alfabetização reunida para ir ao cinema

gou a todos com grande alegria e uma dose imensa de curiosidade.

“Os meus alunos ficaram muito entusiasmados com a visita ao cinema. Muitos deles nunca haviam ido a um cinema na vida.”, comenta emocionada

da a professora Sônia Maria.

O local de encontro foi em frente ao Tribunal, às 15h, onde pontualmente os 18 alunos se encontraram. Eufóricos, fizeram pose para fotos e deixaram transparecer em cada sorriso a empolgação com a visita. Durante o trajeto Tribunal–Cinema, os estudantes cantaram músicas diversas, tornando aquele momento único.

“Eu nunca tinha estado em um cinema antes. Estou muito feliz com essa oportunidade, quero compartilhar esta emoção com meus filhos.” Reflete com os olhos cheios de lágrimas a prestadora de serviço dona Maria de Lurdes Rodrigues Portela.

As atividades extraclasse não param por aí. “Existem outros projetos de visitação. É muito importante para meus alunos serem motivados e sentirem que estão inseridos em nossa sociedade. É gratificante, para mim, ver que desde o início do curso nenhum deles desistiu. Eles estão confiantes.”

Com motivação de sobra e as parcerias certas, estaremos formando não somente novos cidadãos e bons empregados, mas sim novos indivíduos, únicos e íntegros em seu modo de ser e agir.

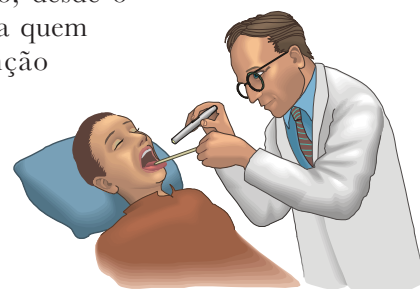
Prevenção Odontológica

A campanha de prevenção odontológica realizada pelo Tribunal atendeu, até o dia 31 de outubro, aos beneficiários-dependentes com idade entre 13 e 18 anos.

Para os servidores da Casa, o Setor de Odontologia está promovendo, desde o início de novembro, a “Revisão de Férias”, que pretende disponibilizar para quem estiver saindo de férias, ou simplesmente estiver interessado, prevenção odontológica.

A unidade está atendendo nos períodos matutino e vespertino, conforme a disponibilidade dos interessados.

As consultas podem ser agendadas pelo ramal 258 ou pessoalmente no Setor de Odontologia. A revisão de férias estará disponibilizada até janeiro, parando somente para o recesso do Tribunal.





15 minutos e... pronto!

Com pouco tempo e baixo custo, a Massagem Expressa oferece alívio das tensões do dia-a-dia

A massagem é um dos métodos mais antigos utilizados pelo homem no tratamento de doenças humanas. Os primeiros homens de nossa história, por meio de movimentos instintivos, aplicavam as mãos em regiões feridas e contundidas, buscando o alívio para as dores. Esses movimentos foram se convertendo pouco a pouco em técnicas terapêuticas com o propósito de atingir efeitos sobre o sistema nervoso, muscular, respiratório e circulatório. Entre as várias alternativas terapêuticas, encontramos a Massagem Expressa, que reúne as técnicas orientais do *Shiatsu* e do *Tui-ná* e cada vez mais está sendo procurada por pessoas que queiram aliviar suas dores e até problemas emocionais (ansiedade, depressão, estresse, etc).

A Massagem Expressa foi utilizada, primeiramente, nos Estados Unidos, na Cidade de Nova Iorque, com finalidade comercial há aproximadamente quinze anos. O objetivo era, em pouco tempo, de 15 a 20 minutos, aliviar o estresse e as tensões dos Operadores da Bolsa de Valores, em Manhattan. Tanto que a cadeira utilizada para este fim é conhecida como *Manhattan Chair*. É interessante dizer que a postura de quem se senta nela é similar à maneira tradicional de o povo japonês sentar-se sobre os pés no tatame. Além disso, a posição em que a pessoa fica para receber a mas-

sagem é a fetal, possibilitando maior relaxamento do paciente e permitindo que o massoterapeuta trabalhe com mais eficiência os pontos e meridianos da região cervical e dorsal e membros superiores.

Há mais de seis meses o TRF-1ª Região implantou a Massagem Expressa nas instalações da Casa para que magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários pudessem cuidar ainda mais de sua qualidade de vida. Patrícia Rehem, integrante da equipe de massoterapeutas do Tribunal, afirma que, além de aliviar as dores e tensões, é notável a melhora da auto-estima, das relações interpessoais e do rendimento no trabalho. “A pessoa trabalha mais e melhor.”

E os benefícios não param por aí. Por meio da Massagem Expressa, é possível prevenir e tratar, quando de início, várias lesões, como tendinite, bursite e epicondilite, aliviar em até 90% dores acometidas por hérnia de disco (lombar e cervical), cialgia provocada por hérnia, lombalgia, cervicalgia (torcicolo), enxaquecas e levar ao paciente maior consciência corporal. Um dos beneficiários da Massagem Expressa é o prestador de serviços do TRF-1ª Região Marcos Antônio Pinheiro, que há três meses conheceu a massagem e, em pouco tempo, sentiu na própria pele seus be-



nefícios. Marcos chegou à cadeira Manhattan com os ombros desalinha-dos, dores e tensão na região da omoplata. “Uma semana após começar a fazer a massagem eu não sentia mais dor alguma.”

Veja algumas das vantagens e benefícios da Massagem Expressa

- ❖ Pode ser feita no local de trabalho, durante o expediente;
- ❖ É rápida. Dura de 15 a 20 minutos;
- ❖ É prática. O cliente recebe a massagem com o seu vestuário do dia-a-dia;
- ❖ Não utiliza óleos, nem cremes, possibilitando o retorno imediato ao trabalho;
- ❖ Melhoria do clima organizacional e da produtividade no trabalho
- ❖ Melhoria do humor e do bem-estar;
- ❖ Alivia dores e fadiga física/mental e estimula os músculos do aparelho locomotor;
- ❖ Atinge os pontos de tensão de forma direta e objetiva, trazendo relaxamento e revigoramento;
- ❖ Libera endorfinas, que são poderosos analgésicos bioquímicos do bem-estar e do prazer.

**Para saber os
horário e dias de
atendimento dos
massagistas, basta
ligar para o
ramal 390**



Equipe de massagistas do Tribunal. Da esq. para a dir., Vinícius Henrique, Patrícia Rehem e Vladimir Pinto

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais–SECBE
Quadro I
Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios
(Dados até 31/10/03)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	21.645.677,00		21.645.677,00
2 - Creche	2.900.324,00		2.900.324,00
3 -Auxílio Transporte	691.466,00		691.466,00
4 - Material Escolar		237.360,00	237.360,00
5 - Programa Qualidade de Vida		125.978,87	125.978,87
Subtotal I	25.237.467,00	363.338,87	25.600.805,87
II - Despesas Médicas			-
1 - Consultas	1.286.865,72	989.641,33	2.276.507,05
2 - Exames Laboratoriais	836.514,48	643.306,67	1.479.821,15
3 - Exames Radiológicos	758.867,72	583.593,80	1.342.461,52
4 - Internações	3.261.164,13	2.507.940,63	5.769.104,76
5 - Psicologia	426.539,56	328.022,71	754.562,27
6 - TFD	-	134.092,93	134.092,93
7 - Outras	1.769.310,95	1.360.657,31	3.129.968,26
Subtotal II	8.339.262,56	6.547.255,38	14.886.517,94
III - Despesas Odontológicas			-
1 - Dentisteria	537.315,61	413.213,07	950.528,68
2 - Prótese Dentária	738.161,91	567.670,37	1.305.832,28
3 - Periodontia	142.870,05	109.871,68	252.741,73
4 - Radiologia	143.905,34	110.667,86	254.573,20
5 - Endodontia	91.105,54	70.063,10	161.168,64
6 - Outras	360.280,99	277.067,73	637.348,72
Subtotal III	2.013.639,44	1.548.553,81	3.562.193,25
IV - Despesas Área Administrativa			-
1 - Fenaserjus	-	1.823.002,22	1.823.002,22
2 - Seguro de Vida	-	300.041,77	300.041,77
3 - Passagens e Hospedagem	-	51.347,83	51.347,83
4 - Outras	-	213.761,37	213.761,37
Subtotal IV	-	2.388.153,19	2.388.153,19
Total Geral	35.590.369,00	10.847.301,25	46.437.670,25

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonodiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS (2003)

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS								
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS				DESPESAS	SALDO		
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS			TOTAL	
Saldo Dez/02		418.052,00		418.052,00						5.987.133,79			5.987.133,79
jan/03	418.052,00	11.325.600,00	435.281,00	11.308.371,00	5.987.133,79	945.570,39	62.738,09	92.071,35	29.295,95	1.129.675,78	1.115.653,40	6.001.156,17	6.001.156,17
fev/03	11.308.371,00		916.321,00	10.392.050,00	6.001.156,17	1.041.386,35	53.739,23	100.203,05	25.471,83	1.220.800,46	922.022,41	6.299.934,22	6.299.934,22
mar/03	10.392.050,00		930.141,00	9.461.909,00	6.299.934,22	988.767,58	53.609,23	98.796,33	35.918,48	1.177.091,62	1.209.018,44	6.268.007,40	6.268.007,40
abr/03	9.461.909,00		994.827,00	8.467.082,00	6.268.007,40	998.393,81	50.325,51	101.840,43	29.958,90	1.180.518,65	1.275.951,77	6.172.574,28	6.172.574,28
mai/03	8.467.082,00		1.198.247,00	7.268.835,00	6.172.574,28	999.255,53	52.816,91	123.496,13	27.135,98	1.202.704,55	1.077.548,01	6.297.730,82	6.297.730,82
jun/03	7.268.835,00		1.083.729,00	6.185.106,00	6.297.730,82	1.212.557,96	46.568,63	112.326,06	29.369,26	1.400.821,91	810.604,70	6.887.948,03	6.887.948,03
jul/03	6.185.106,00		1.405.810,00	4.779.296,00	6.887.948,03	1.373.509,58	44.485,89	126.513,22	34.411,29	1.578.919,96	885.029,64	7.581.838,37	7.581.838,37
ago/03	4.779.296,00		1.089.702,00	3.689.594,00	7.581.838,37	1.315.646,58	44.234,09	19.848,15	59.616,74	1.439.345,56	883.505,61	8.137.678,32	8.137.678,32
set/03	3.689.594,00		1.177.866,00	2.511.728,00	8.137.678,32	1.306.655,81	43.723,11	120.227,75	26.747,42	1.497.354,09	1.283.891,31	8.351.141,10	8.351.141,10
out/03	2.511.728,00		1.120.981,00	1.390.747,00	8.351.141,10	1.304.790,58	49.522,74	126.364,29	28.150,13	1.508.827,74	1.384.075,96	8.475.892,88	8.475.892,88
nov/03				-						-		-	-
dez/03				-						-		-	-
TOTAL 2003		11.743.652,00	10.352.905,00	1.390.747,00		11.486.534,17	501.763,43	1.021.686,76	326.075,98	19.323.194,13	10.847.301,25	8.475.892,88	8.475.892,88

FONTE: Recursos União - SEPLA; Recursos Próprios - DIVAF.

Obs 1: O "Saldo de Dez/02" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio Transporte.



Estadística da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência

— OUTUBRO 2003 —	
Recurso Extraordinário Admitido	186
Recurso Especial Admitido	597
Recurso Extraordinário Não Admitido	183
Recurso Especial Não Admitido	448
Despachos Diversos	672
Decisão em Plantão	1
Suspensão de Segurança Deferida	5
Suspensão de Segurança Indeferida	1
Decisão Diversa em Suspensão de Segurança	3
Despacho Diverso em Suspensão de Segurança	7
TOTAL	2.103

VICE-PRESIDENCIA — OUTUBRO 2003 —	
Recurso Extraordinário Admitido	130
Recurso Extraordinário Não Admitido	92
Recurso Especial Admitido	171
Recurso Especial Não Admitido	204
Despachos Diversos	4
TOTAL	601

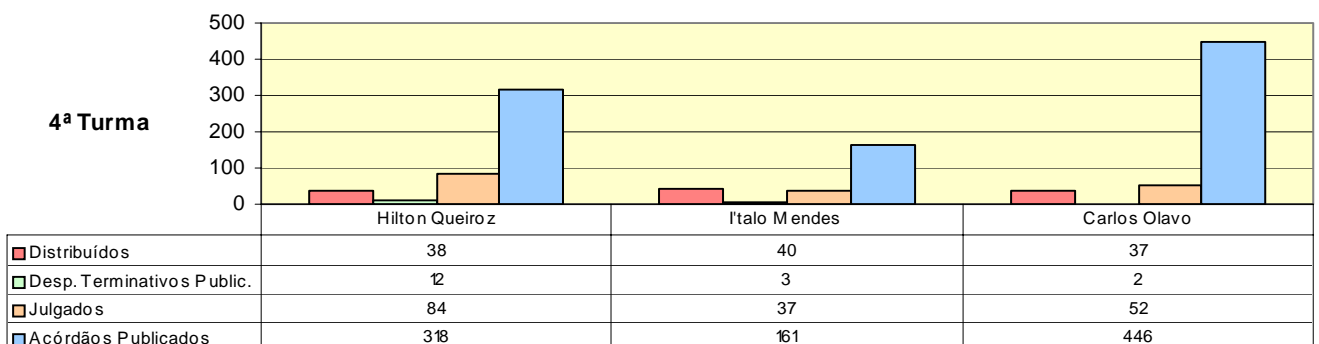
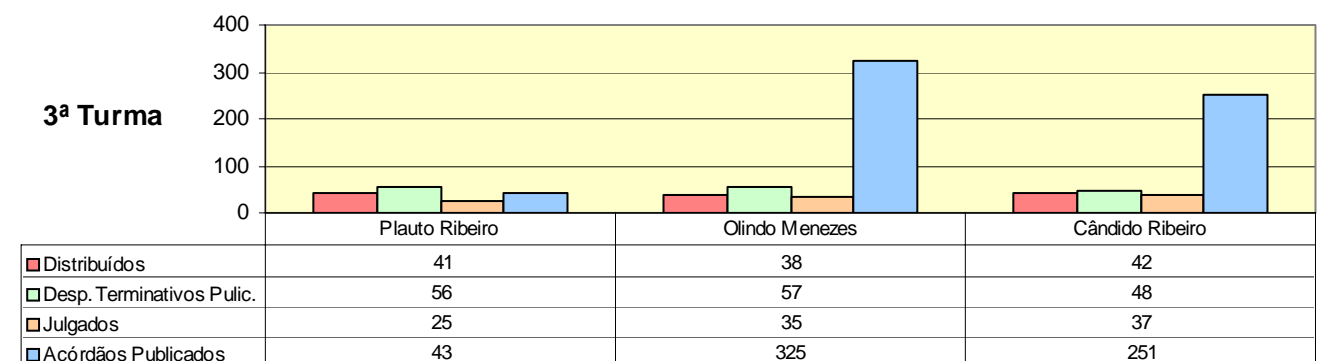
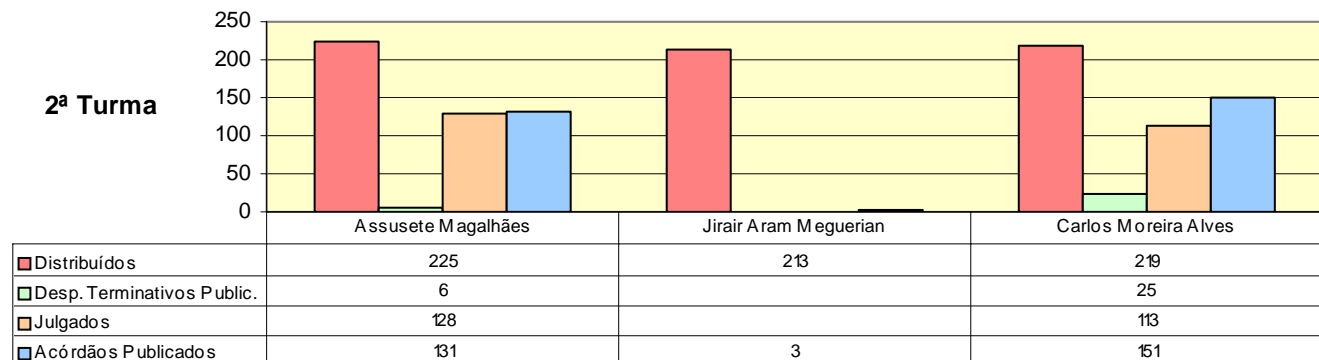
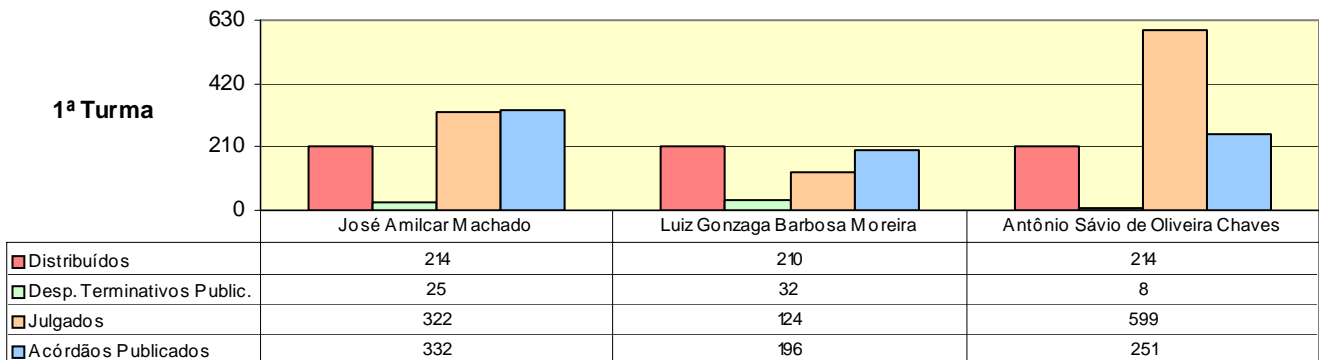
* Dados Juris

Estadísticas elaboradas pela Divisão de Estatística-Diest, a partir de dados enviados pelas Secretarias das Turmas, Aseps, Segep e Secju (Sucse, Surec, Subej e Surip).

Dúvidas, sugestões e reclamações, ligar para Diest - ramal 278.

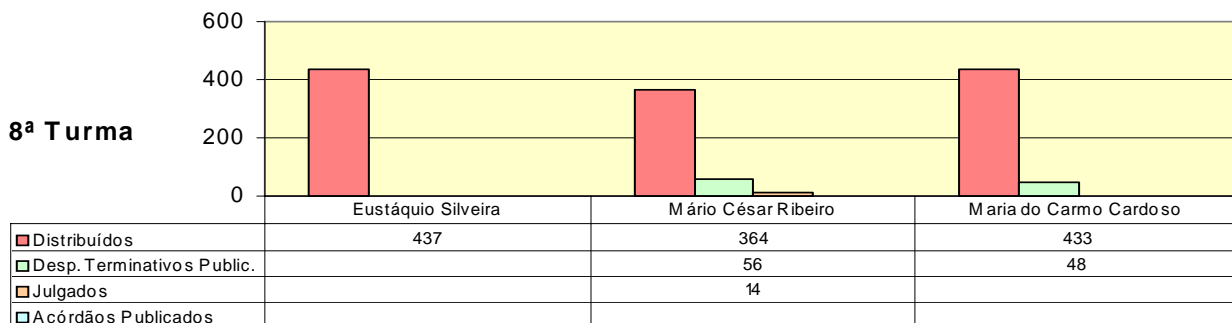
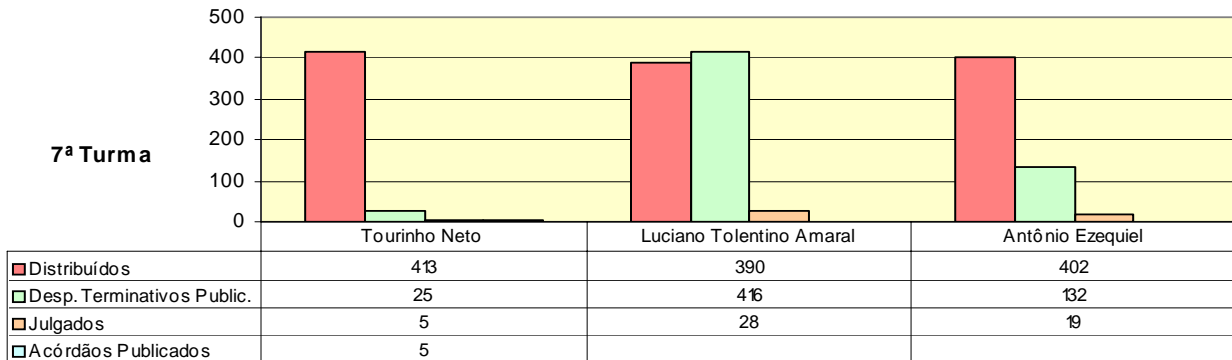
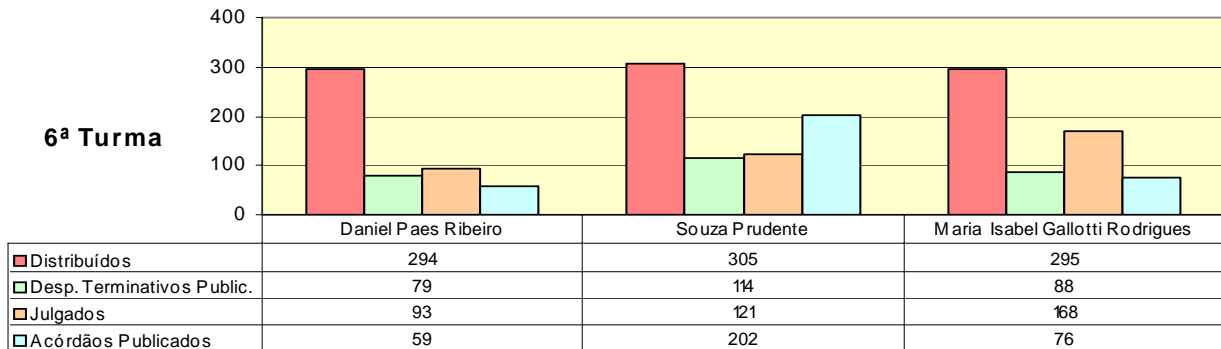
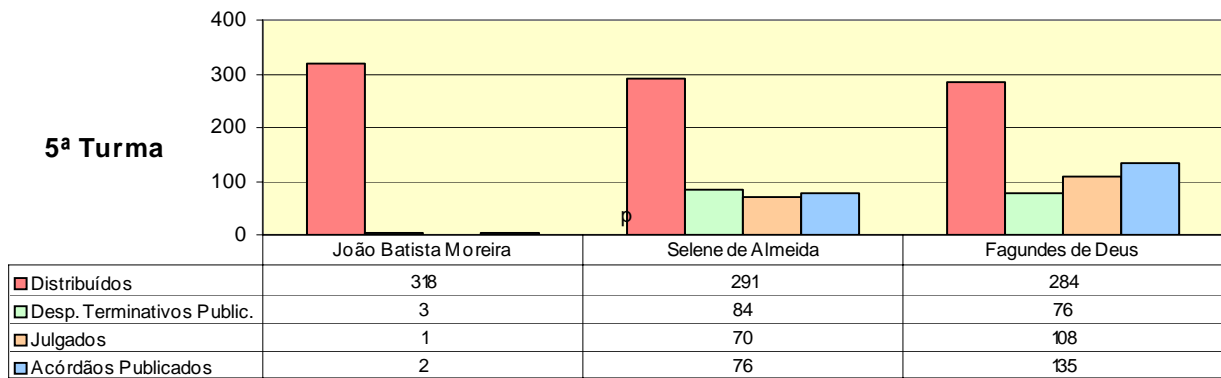
* Dados fornecidos pela Asret

DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS - OUTUBRO/ 2003

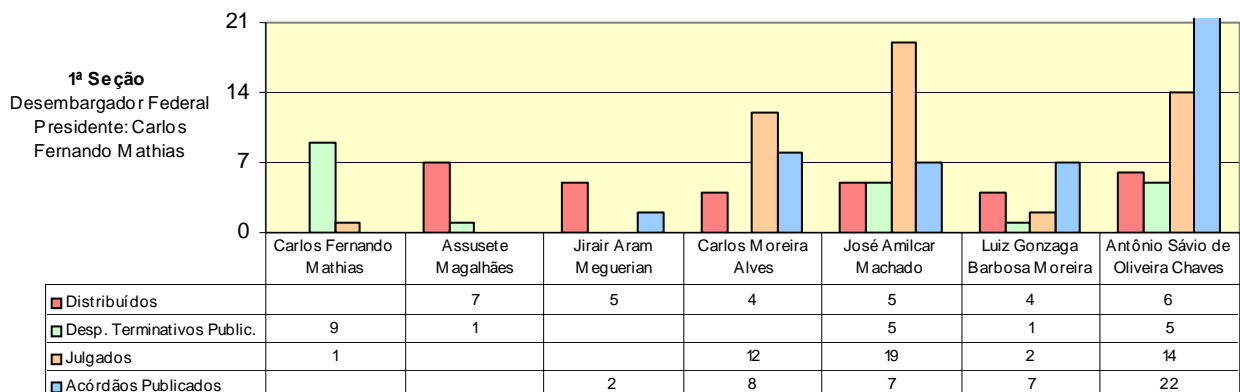


Dados enviados pelas Secretarias das Turmas

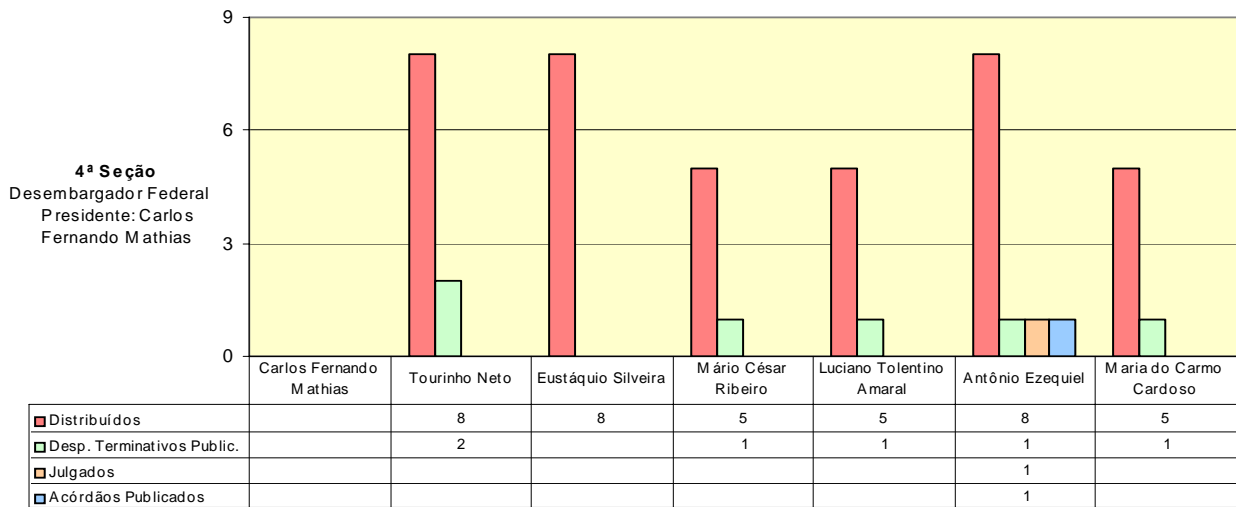
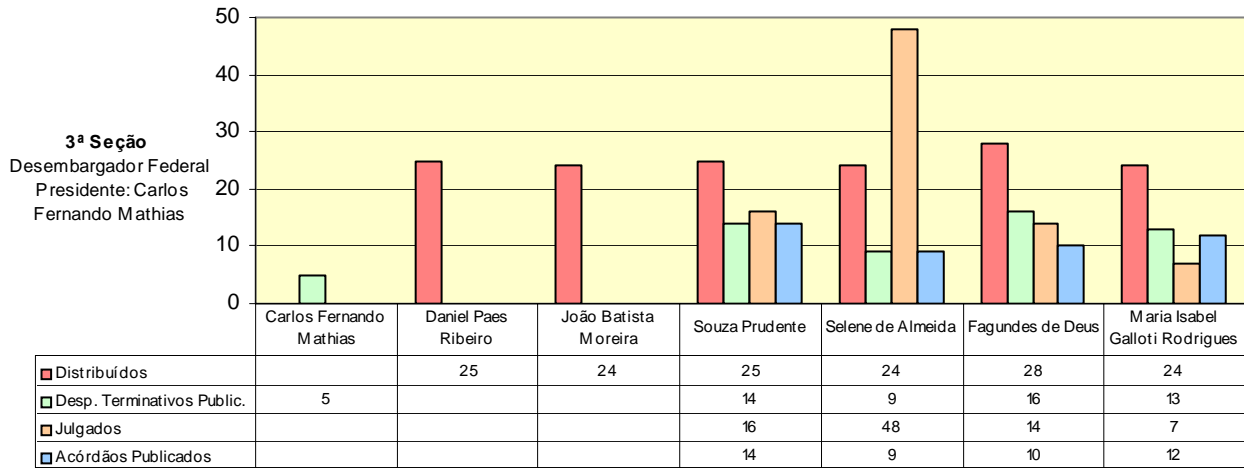
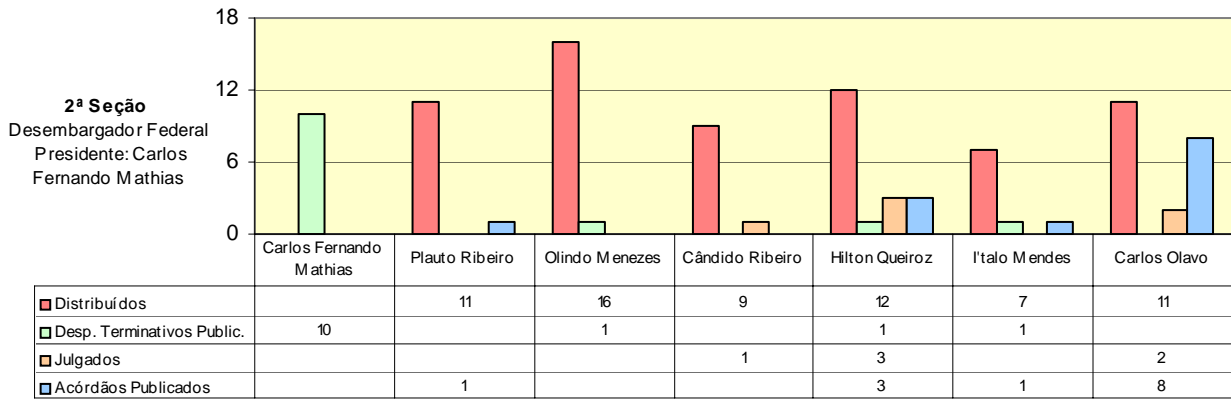
* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.



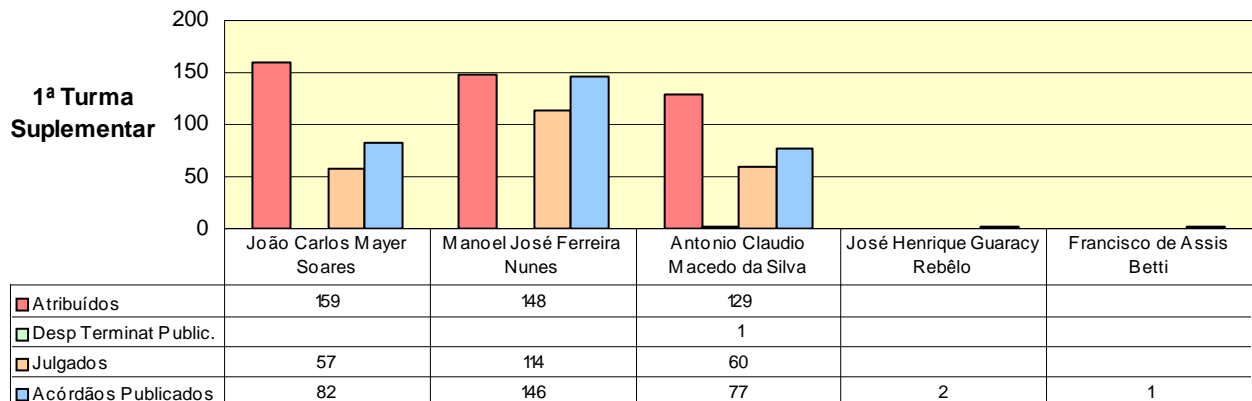
DADOS ESTATÍSTICOS DAS SEÇÕES - OUTUBRO/ 2003



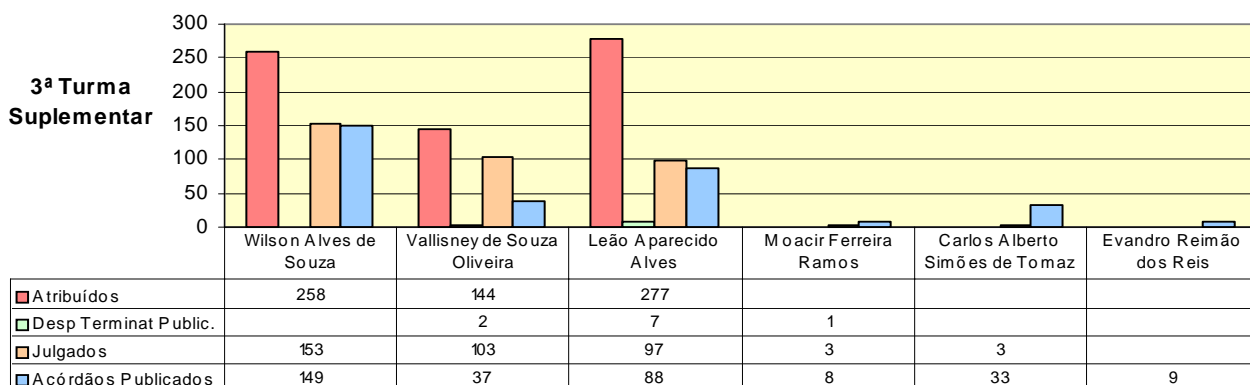
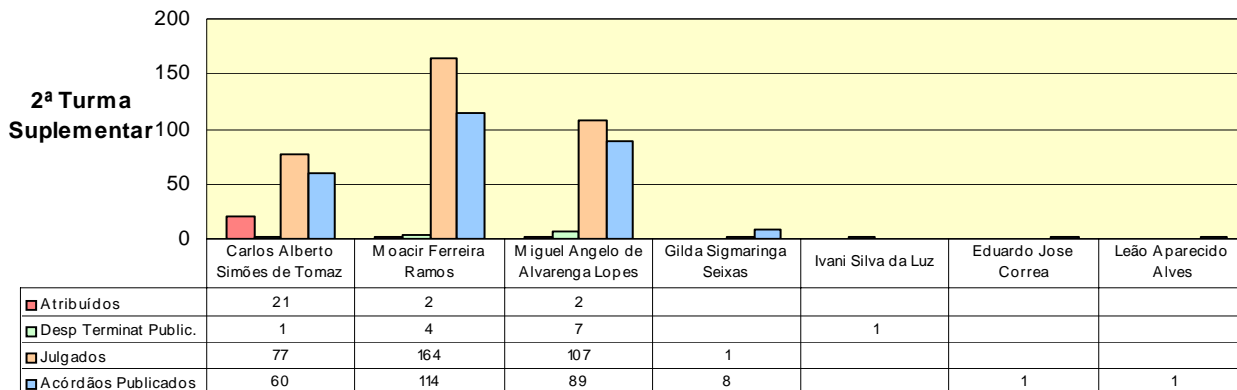
*Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.



DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS SUPLEMENTARES - OUTUBRO/ 2003



Dados enviados pela Subsecretaria da Corte Especial e das Seções - Sucuse



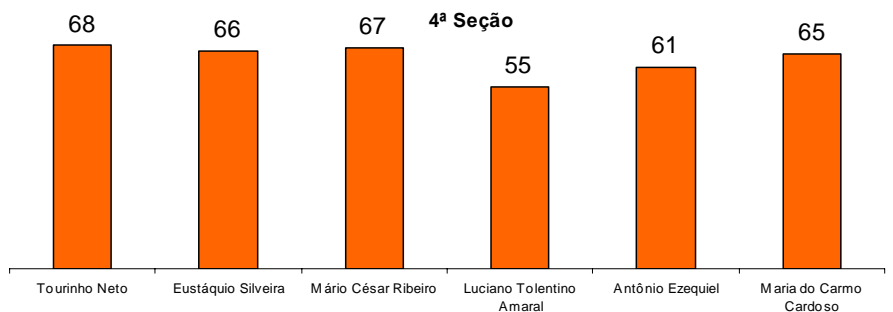
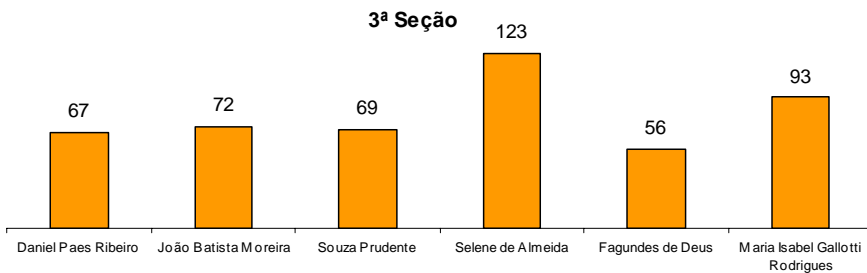
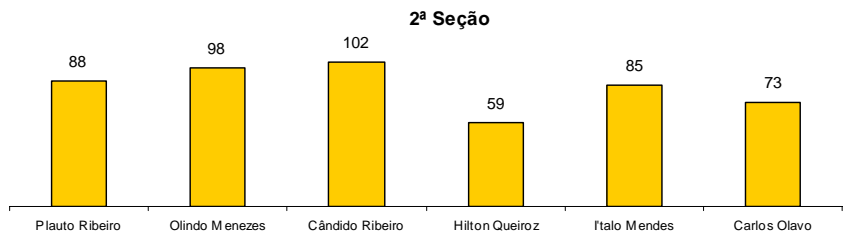
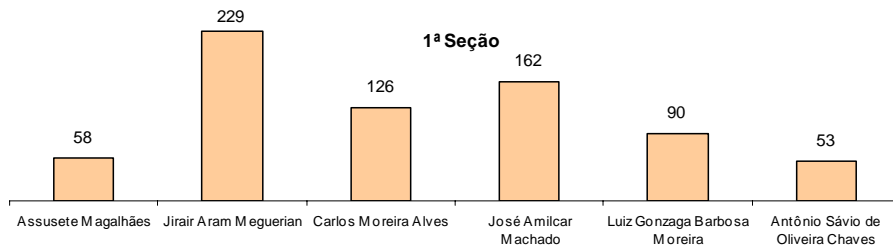
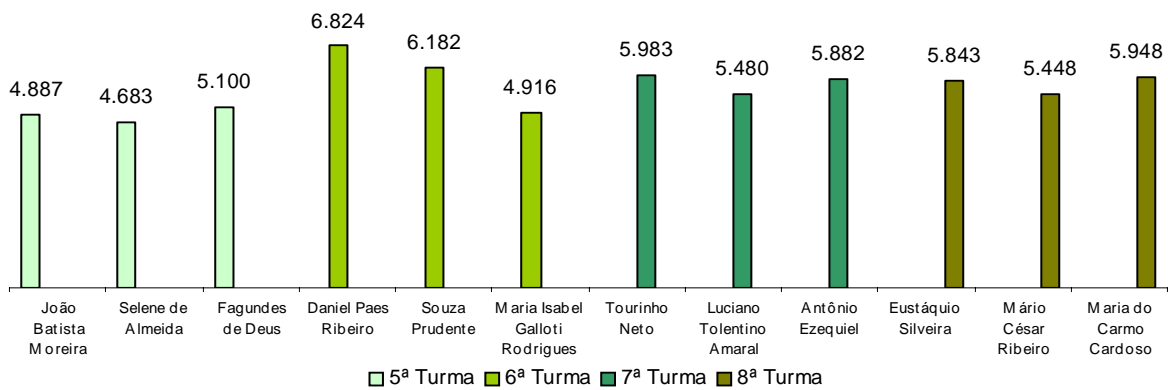
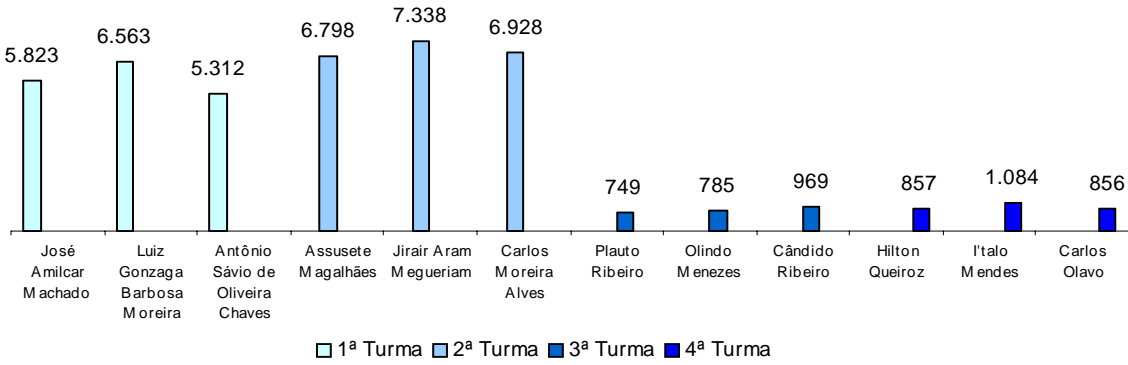
**ESTATÍSTICA DOS JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS
DESEMBARGADORES FEDERAIS QUE ATUARAM EM OUTRAS TURMAS E SEÇÕES - OUTUBRO/ 2003**

ESTATÍSTICA DOS JUÍZES CONVOCADOS - OUTUBRO/2003	Orgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
DANIELE MARANHÃO COSTA CALIXTO	2ª Turma	2	169	124
	5ª Turma		2	1
FRANCISCO NEVES DA CUNHA	2ª Turma		2	2
	6ª Turma		1	
IRAN VELASCO NASCIMENTO	1ª Seção	1		2
	8ª Turma	85	6	
	1ª Turma	1		112
	2ª Turma			1
JAMIL ROSA DE JESUS	2ª Seção			1
	3ª Seção	21	12	3
	5ª Turma	48	158	63
URBANO LEAL BERQUÓ NETO	5ª Turma		1	
NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	4ª Turma			2
REYNALDO SOARES DA FONSECA	5ª Turma			1
SAULO JOSÉ CASALI BAHIA	3ª Turma			1
VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA	4ª Turma			1

DESEMBARGADORES FEDERAIS - OUTUBRO 2003	Orgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
ANTÔNIO EZEQUIEL	3ª Seção	2	1	7
	5ª Turma	68		132
ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	2ª Turma		1	1
CARLOS FERNANDO MATHIAS	2ª Turma		3	2
CARLOS OLAVO	1ª Turma			2
DANIEL PAES RIBEIRO	5ª Turma	6		
LUCIANO TOLENTINO AMARAL	2ª Seção	2		2
	3ª Turma	99		69
MARIA DO CARMO CARDOSO	3ª Seção	2		3
	5ª Turma	2		
	6ª Turma	84	1	72
MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES	5ª Turma	2		
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO	4ª Turma	7		177
PRESIDENTE	3ª Turma	3		
SELENE DE ALMEIDA	4ª Turma			1
TOURINHO NETO	1ª Seção			3
	2ª Turma	3	17	312



PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NAS TURMAS E SEÇÕES - SETEMBRO/ 2003





Bem-me-quiero

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Ações de Qualidade de Vida na 1ª Região

Rondônia

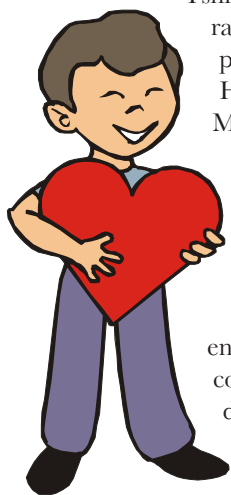
Justiça Federal promove feira de saúde tendo coração como tema

Os inúmeros problemas causados por doenças do coração na população brasileira, inclusive com casos já registrados entre servidores da própria Justiça Federal, levaram os organizadores da II Feira de Saúde da Seção Judiciária de Rondônia a dedicar a exposição deste ano às questões cardiovasculares, suas causas e efeitos e maneiras de preveni-las, seja através de exercícios, seja com alimentação adequada e exames periódicos.

A explicação é do coordenador do Programa de Gestão de Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT) e também diretor do Núcleo Administrativo da Justiça Federal em Rondônia, Waldirney Guimarães Rezende. O evento foi aberto oficialmente no dia 29 pelo diretor do Foro em exercício, Juiz Federal Mark Yshida Brandão, e foi encerrado no dia 31. Tiveram estandes montados os seguintes órgãos e empresas: Semusa, Faculdade São Lucas, Fimca, Hemeron, Farmabem, Centro Especializado em Massoterapia, Valmari, Água de Cheiro, Climefon, Sebrae, Bemil, Fisiotrat, Instituto Holístico de Terapias Integradas, Bons Livros, Edições Paulinas e Associação dos Servidores da Justiça Federal em Rondônia. Também participou a odontóloga Iracema Amaral. A Feira de Saúde é um evento anual inserido entre as 29 ações estabelecidas, a partir de 2001, como metas de trabalho do PGQVT em função de uma pesquisa realizada entre todos os servidores no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que abrange 14 estados e o Distrito Federal. “Queremos disponibilizar informações sobre saúde integral, com uma abordagem holística, para magistrados e servidores, e que sirvam de alerta para evitar problemas futuros”, ressalta Waldirney.

Durante os dias da feira houve doação de sangue, prevenção e controle de doenças cardiovasculares, do estresse e das doenças ocupacionais. Houve também campanha odontológica, massagens expressa, facial e corporal e divulgação dos resultados dos exames de glicemia e colesterol realizados recentemente entre os 98 servidores, visando mapear a situação geral de todos, e que serão repetidos anualmente. “Estamos abertos à população em geral, com especialidade aos colegas de outras esferas judiciais – TRT, TRE, TJ e até do MPF – que enfrentam, no dia-a-dia, situações semelhantes às nossas”, destaca o coordenador.

Paralelamente à II Feira de Saúde aconteceu a III Mostra de Talentos da Justiça Federal em Rondônia.



Piauí

Servidor recebe homenagens no seu dia

No último dia 30 de outubro, os servidores da Seccional foram homenageados pela passagem do Dia do Servidor Público. Foi uma homenagem bonita e justa.

A abertura do evento foi presidida pelo Diretor do Foro, Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, e contou com a presença dos Juizes Federais Carlos Augusto Brandão, Roberto Carvalho Veloso, Clodomir Sebastião Reis, do Diretor da Secretaria Administrativa, Ribamar Monte, e da Presidente do Comitê Gerencial do PGQVT local, Ana Flávia Pereira Madureira.

Constou da programação a 3ª premiação de incentivos funcionais, previstos na Resolução n. 19, de 17.11.2000, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na categoria “Tempo de Serviço.” Foram galardoados 12 servidores da Casa, que completaram 10 anos de efetivos serviços dedicados à Justiça Federal no Piauí, oportunidade em que o Diretor do Foro os homenageou com diploma, botões de lapela e uma placa comemorativa, oferecida pela Seção Judiciária.

Após as homenagens, o PGQVT, juntamente com a Associação de Servidores da Justiça Federal/PI, ofereceram um coquetel aos presentes.

Aproveitando as comemorações do Dia do Servidor, a Seção Judiciária, por meio do PGQVT, realizou a caminhada “De Bem com a Vida”, com os servidores e magistrados da Casa. Vestidos com camisetas personalizadas, estampadas com o boneco Bem-me-Quero, os integrantes receberam orientações do *personal trainer* cedido pela Academia Ricardo Paraguassu, que coordenou toda a caminhada. Com o sucesso da Caminhada ficou determinado que, em todos os meses, servidores e magistrados teriam encontro marcado para a realização de tão maravilhosa e rejuvenescedora atividade física.



Foto oficial dos 12 servidores homenageados na categoria Tempo de Serviço com a presidente do PGQVT



Goiás

Dia das Crianças



O PGQVT/GO, com o apoio da Serjus e do Sinjufego, realizou, no dia 13 de outubro, das 8 às 11h, sua III Festa do Dia das Crianças.

A sala do PGQVT foi especialmente decorada para os pequenos, que se divertiram com brincadeiras e gincanas comandadas pelos palhaços.

As crianças também puderam ouvir histórias, desenharam e deliciaram-se com as guloseimas: balinhas, doces e pirulitos, cachorro-quente, pipoca, algodão-doce e refrigerante.

Aproximadamente, 80 crianças com idade máxima de 12 anos participaram da festa. Todas foram presenteadas com brinquedos pedagógicos.

O evento objetivou propiciar às crianças – filhos de magistrados, servidores e prestadores de serviço – a oportunidade de estarem em contato com o ambiente de trabalho de seus pais, bem como momentos de recreação, alegria e interação.

Feira Cultural

A Seção Judiciária do Estado de Goiás realizou, de 23 a 26 de setembro, a Feira Cultural Candido Portinari, em comemoração do centenário do nascimento do magnífico pintor brasileiro.

O Diretor do Foro, Juiz Federal Leonardo Buisa Freitas, realizou a abertura do evento, abrilhantada com a presença do Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Catão Alves, que veio a Goiânia especialmente para a solenidade de abertura do evento.

A exemplo do projeto do ano passado, no qual o homenageado foi Carlos Drummond de Andrade, a Feira teve por finalidade a valorização da arte produzida em Goiás nas mais diversas formas de manifestação.

Durante a Feira foram realizadas exposições de obras literárias, de arte e artesanato e apresentações musicais e de dança.

No último dia do evento foi realizado o Projeto Fim de Tarde. Na ocasião, os aniversariantes do mês de setembro foram presenteados com livros literários.

A realização da Feira Cultural só foi possível graças ao patrocínio da Caixa Econômica Federal, Sinjufego, Serjus e PGQVT, além do das livrarias Alternativa e Librarium, e contou com o apoio da Agepel e da UCG.



Juiz de Fora

Realizada a Primeira Feira de Saúde

Juiz de Fora realizou, no período de 26 a 28 de novembro, a sua primeira Feira de Saúde. O objetivo é disponibilizar aos servidores, magistrados, seus familiares e convidados informações sobre a medicina preventiva e outros temas relacionados à saúde, visando a resultados de conscientização e prevenção de doenças, bem como à preservação da qualidade de vida e aprimoramento das relações interpessoais. A solenidade de abertura do evento ocorreu no dia 26, às 18 horas, no auditório da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, com a apresentação do Coral Romeu Vianna e a presença do Diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Dr. Francisco de Assis Betti.

A agenda da Feira de Saúde incluiu na programação, além de visitação a estandes relacionados com a área de saúde e estética, a realização de palestras de orientação psicológica, aula demonstrativa de *yoga* e massagem *ayurvedica*. Foram oferecidas, no dia 27, orientações sobre o auto-exame do câncer de mama, sobre vacinas e demonstração do efeito nocivo da nicotina com os profissionais especializados da Clínica Crescer, na ante-sala do auditório.

Foram, ainda, realizadas medições de pressão arterial, glicose, colesterol, triglicérides, pressão intra-ocular, entre outros procedimentos de prevenção de doenças.

Teste seus conhecimentos

Por Márcia M. Barroso

Se vires que por um erro destruíste uma imagem, tenta reconstruí-la antes que outros a destruam para sempre.

A análise sintática é indispensável à elaboração de um texto claro, sem erros de pontuação, de concordância ou de regência. Teste seus conhecimentos relativos a essa parte fundamental da Gramática, analisando a frase acima e marcando o que nela encontramos:

- apenas três orações;
- somente dois termos funcionando como adjunto adverbial;
- somente três complementos verbais;
- apenas orações com indeterminação do sujeito;
- apenas uma oração que não se subordina a nenhuma outra.

Resposta: c

Membros do Comitê do PGQVT

Aginaldo Dias de Souza
 Andréa Balsini Ghisi
 Antônio Magnaldo Timo Leite
 Cristine Caltabiano Neves Frauzinho
 Conceição de Maria Pereira de Carvalho
 Daniela Amorim Reis
 Eliete dos Santos Teixeira
 Etiene Gomes de Carvalho
 Iracy Moreira Borges
 José Carlos Viana

José Murilo Cruz Brito
 Juliana B. Espíndola Moreira
 Maria Angela Rocha Paes
 Maria de Lourdes Montes
 Maura Gomes de Carvalho
 Nádia B. da Cruz Santana
 Neslita Costa Silva
 Roberta Costa Matos
 Ruth Maria Cruz Vaz
 Sérgio Faria L. da F. Neto